

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso

Em

Ciências Sociais

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

JULIANO STRASBURG DE ÁVILA

**Trabalho de Conclusão de Curso Sob Orientação do
Prof. Dr. Cesar Marcello Jacome Baquero**

PORTO ALEGRE-RS, 2014.

Juliano Strasburg de Ávila

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade Federal do
Rio grande do Sul, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
bacharel em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcello Jacome Baquero

**Porto Alegre
2014**

Se escolhermos uma profissão em que possamos trabalhar ao máximo pela humanidade, não nos poderemos dobrar sob o seu peso...

Karl Marx

A Guerra é a política por outros meios.

Carl Von Clausewitz

Dedico este trabalho ao grande amor da minha vida Betina de Ávila.

A minha companheira de todos os momentos Iva Comin.

A Lucy de Ávila por ter sido sempre minha mãe.

Agradeço ao Professor Marcelo Baquero pela orientação que tornou este trabalho possível.

RESUMO

Resumo: Uma das principais demandas de países em desenvolvimento no âmbito da composição do CSNU diz respeito à necessidade de reformar a sistemática do funcionamento do Conselho, pois privilegiam somente as nações vitoriosas da II Guerra Mundial, negligenciando continentes inteiros, como África e América Latina. Além deste contexto, a crescente crítica ao CSNU se volta contra a sua capacidade de dar respostas às atuais demandas, pondo em constante questionamento sua legitimidade, principalmente por ainda manter a mesma configuração de 69 anos atrás, quando a ONU contava com 51 membros diante dos atuais 193 membros, sendo definida como uma representação desproporcional à nova realidade mundial. Isso apresentado, o objetivo deste trabalho é analisar as razões que constroem a reforma do Conselho de Segurança da ONU dentro de um cenário de profundas desigualdades entre nações.

Palavras Chaves: ONU – Poder – Cooperação – Relações Internacionais – Liberalismo – Realismo – Marxismo – Conselho de Segurança – Estado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OBJETIVO GERAL	12
1 – Especificar as razões que constroem a reforma do Conselho de Segurança da ONU.	12
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1 – Examinar como as concepções realistas e liberais obstaculizam a Reforma da ONU.	12
2 – Discutir os dilemas da Reforma do CSNU.....	12
HIPÓTESE DE TRABALHO	12
METODOLOGIA	13
FATORES QUE CONSTROEM A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA.....	13
PONTOS QUE OBSTACULIZAM A REFORMA:.....	14
AS CONCEPÇÕES REALISTAS E LIBERAIS OBSTACULIZAM A REFORMA DA ONU	15
O PAPEL DA SOCIEDADE NA REFORMA DA ONU	17
IDEOLOGIA COMO OBSTÁCULO PARA A REFORMA DA ONU	18
A DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA ONU	20
QUADRO TEÓRICO	21
A) REALISMO POLÍTICO	23
B) O LIBERALISMO, O IDEALISMO E INTERDEPENDÊNCIA	26
C) O MARXISMO E AS VISÕES CRÍTICAS	29
REALISMO, LIBERALISMO E MARXISMO	33
REALISMO	33
O Realismo do Século XX	36
O Neorealismo	37
Realismo pós-bipolaridade de Mearsheimer e Huntington	38
Condiderações Finais acerca do Realismo	38
O LIBERALISMO	39
O Idealismo Liberal	40

O Liberal Institucionalismo.....	41
Condiderações Finais acerca do Liberalismo	42
MARXISMO.....	42
Marxismo e as Relações Internacionais	44
Outras abordagens das Relações Internacionais pelo Marxismo	45
Condiderações Finais acerca do Marxismo	47
Pressupostos básicos do Realismo, Liberalismo e Marxismo.....	47
DIMENSÃO ANALÍTICA.....	48
A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS	49
A ONU no tempo	49
O fim da bipolaridade traz força ao debate da reforma do CSNU.....	50
As Propostas de Reforma do Conselho de Segurança.....	52
O Realismo e o Liberalismo no debate da sobre o CSNU.....	58
CONCLUSÃO	63
BIBLIOGRAFIA.....	67

INTRODUÇÃO

A humanidade viveu e vive processos constantes de mudanças, as quais, em determinado momento, representam avanços (Revolução Francesa) e, em outros, representam atraso e barbárie (Ascensão do Fascismo). Nossa época, produto da decadência do modelo econômico feudal e do surgimento do capitalismo como forma de reprodução social, será influenciada por esta transição, a qual configurará o sistema de relações internacionais que vem desde as rotas econômicas para Ásia, as grandes navegações, perpassando pela Paz de Westphália e o Congresso de Viena, chegando até a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. O sistema internacional como hoje é configurado é fruto deste longo processo, sendo uma fase sucedida por outro, numa mudança permanente; mudança que traz em si o antigo enquanto constroem o novo. Neste sentido, a necessidade de problematizar a reforma da ONU também é resultado deste longo processo e, presentemente, não deixa de ser produto daquela realidade (1945), diante da necessidade imposta por uma nova realidade que já não comporta e nem cabe dentro deste modelo. Portanto, é um organismo em contradição. Nesse sentido, a Reforma da ONU além de um tema atual e relevante pelas questões estratégicas com as quais trata (segurança, guerra) tornou-se uma necessidade concreta para o início de século XXI, principalmente para a manutenção da paz. Nesta perspectiva, o estudo da reforma da ONU a partir do campo da Ciência Política, pontualmente das Relações Internacionais, assume centralidade.

A Organização das Nações Unidas, fundada em 24 de maio de 1945, nos Estados Unidos, constituiu-se pela participação de vários países, na época 51 nações, e é a maior organização internacional com esse caráter. Fruto do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial) tem como suas principais tarefas **“colocar em prática mecanismos que possibilitem a segurança internacional, desenvolvimento econômico, definição de leis internacionais, respeito aos direitos humanos e o progresso social.”**¹ Atualmente conta com 193 membros: Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia, membros permanentes com poder de veto, ou seja, esses cinco países podem vetar qualquer resolução da ONU.

A ONU conta com estruturas que dão organicidade ao conjunto, como o Secretariado, que tem por característica ser um órgão executivo e administrativo; a Assembleia Geral, órgão plenário da ONU; o Conselho Econômico e Social, que cuida dos aspectos econômicos e

¹ História da ONU – ONU Brasil.

sociais a nível internacional; a Corte Internacional de Justiça, com caráter consultivo entre organismos intergovernamentais, e suas deliberações jurídicas não tem caráter obrigatório. Por último, e com maior peso dentro da estrutura da organização, está o Conselho de Segurança das Nações Unidas, composto por Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China. Todos têm poder de veto, o que torna o CSNU de importância fundamental, já que suas decisões são obrigatórias para todos os Estados-membros (art. 25 da Carta da ONU).

A importância de um organismo como a ONU dentro do cenário mundial é indiscutível quando pensado a partir de seu propósito e justificativa para sua existência, ou seja, é um instrumento necessário para a manutenção da paz. No entanto, este mesmo mecanismo encontra entraves para o seu pleno funcionamento ou para uma maior legitimação de seus atos. Com a mesma estrutura organizativa desde sua fundação há 69 anos, a organização pouco sofreu alteração a não ser entre período de 1963-65, quando a mobilização de países africanos e asiáticos incluiu, na agenda da Assembleia Geral, a ampliação do número de membros não permanentes no Conselho de Segurança, “proposta que obteve êxito, mesmo contrariando os membros permanentes, ampliando de seis para dez o número de assentos sem poder de veto no CSNU, proposta ratificada pelos Estados Unidos em 31 de agosto de 1965.”² É possível perceber, portanto, que a principal reforma a ser feita diz respeito a modificações das estruturas arcaicas do Conselho de Segurança, pois o mesmo joga papel decisivo dentro das estruturas de decisão da ONU. As decisões vão desde a recomendação do nome do Secretário Geral, passando pela nulidade do poder da Assembleia Geral, a qual fica impedida de elaborar recomendações enquanto o CSNU estiver exercendo suas funções (art. 12), a não ser por pedido dele, até sua supremacia sobre o Conselho Internacional de Justiça (CIJ) em termos práticos. Isto se deve ao fato de o CIJ guiar-se pelo direito internacional e, de suas resoluções estarem limitadas aos Estados envolvidos em controvérsia, enquanto o CSNU tem suas resoluções como obrigatórias a todos os Estados-membros, suas decisões influenciam outros organismos da ONU, como CIJ, que recorre ao próprio CSNU para fazer valer suas resoluções.

O CSNU é o órgão mais fechado e que menos alterações sofreu nestes 69 anos de existência, com exceção do período 1963-65, evidenciando seu caráter eminentemente político, produto de uma conjuntura constituída pelos Estados vencedores da Segunda Guerra

² Seminário - Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais: a Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mundial. Portanto, mantém as mesmas estruturas desde sua fundação: **5 membros para 51 países (um assento permanente para 10 membros)**³, e hoje, 69 anos depois, **mantém os mesmos 5 membros para 193 países numa proporção de um assento permanente para quase 40 países**⁴. Assim, apesar de seu crescimento e da importância da ONU, o CSNU como órgão responsável pela segurança internacional e de maior peso político, manteve-se paralisado no tempo, sendo, por conta disto, questionada sua legitimidade enquanto organismo de decisão.

O cerne da Reforma da ONU está em trocar a forma ultrapassada de como está constituído o CSNU. Entre os órgãos da organização, é o único que mantém uma participação extremamente restrita, gerando insatisfação e desigualdade entre nações, pois deste processo estão excluídos continentes inteiros, como África e América Latina, que não contam com membros permanentes. Sendo assim, ela reproduz a estrutura de 1945 e da guerra fria, sem considerar as transformações ocorridas, principalmente a partir da queda do Muro de Berlim e da União Soviética. Isto é, o mundo bipolar já não existe mais e a tentativa de imposição de um mundo unipolar tem sofrido a resistência de antigos e novos atores na atual ordem, comprovando a necessidade da constituição de uma ordem multipolar que leve em consideração os diversos atores do sistema internacional, ou melhor, a formação de uma governança global sobre a liderança de uma ONU legitimada por amplo apoio das nações.

É necessário reformar a ONU, mais especificamente, o CSNU como condição para atualizar esta instituição de governança global para que possa responder aos desafios de nossa época, caso contrário, perderá legitimidade e uma ONU sem legitimidade significa um grande risco para a segurança internacional. Por isso, o tema é central e não pode ser um debate restrito a poucos especialistas, visto que suas decisões afetam a vida de milhões de pessoas, ou seja, interessa a toda a humanidade. E, nesse sentido, as chancelarias do Brasil, Alemanha, Índia e Japão apontaram a necessidade de maior envolvimento da sociedade civil e, por iniciativa da chancelaria brasileira, realizou-se, em abril de 2013, o seminário “Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais – A necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas” que apontam para a necessidade de atualização da governança global como meio de garantia da paz e da segurança mundial. Debate que centra na

³ Seminário - Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais: a Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁴ Seminário – Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais: a Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

necessidade de envolvimento da sociedade civil como fator essencial para criar as condições para pressionar as mudanças que a contemporaneidade exige para enfrentar os problemas de nossa época.

Mesmo considerando os aspectos concretos no sentido que cada nação, em princípio, porá seus interesses acima dos interesses mundiais, é preciso ponderar que visões e ações são compostas de concepções de mundo. Por isso, este debate não deixa de ter conteúdo político e ideológico, não apenas no sentido dado por Marx no Manifesto Comunista, de uma disputa entre burgueses e proletários; é necessário levar em consideração as diversas visões que compõem este cenário, ou melhor, é preciso ver as contradições existentes nele. No entanto, este debate não deve ficar restrito a pequenos círculos, pois ele é de grande importância para ficar a cargo de meia dúzia de especialistas. Dessa forma, neste trabalho, considera-se correta a proposição do Seminário, o qual afirma a necessidade de envolver a sociedade num debate desta magnitude, pois sem o apoio e o envolvimento desta neste tema, dificilmente se obterá êxito e, por tratar-se de um tema que não deve interessar apenas a poucos e para que a reforma da ONU avance, é preciso ganhar o apoio da sociedade civil, pois a partir do momento em que ela incidir positivamente dentro do espectro de cada sociedade, criar-se-ão as condições para a formação de lideranças comprometidas com uma visão de inserção soberana, desvinculadas de imperialismos, nações com disposição de interferir (player) de forma a diminuir assimetrias e não com postura subordinada ou como nação de segunda categoria. Com base nessas observações, este trabalho problematiza dois pontos chaves para obtenção de êxito da reforma do CNSN da ONU: (1) a participação da sociedade civil, e (2) o papel da política no comando deste processo.

OBJETIVO GERAL

1 – Especificar as razões que constroem a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 – Examinar como as concepções realistas e liberais obstaculizam a Reforma da ONU.

2 – Discutir os dilemas da Reforma do CSNU

HIPÓTESE DE TRABALHO

Tendo em vista as disputas ideológicas atuais no que se refere às questões estratégicas, a possibilidade de se materializar a reforma do Conselho de Segurança, não permitindo a participação de outros países, gera a estagnação nas Relações Internacionais, bem como privilegia o *status quo*, comprometendo uma vivência pacífica das sociedades no futuro.

METODOLOGIA

Para responder aos objetivos propostos, utiliza-se o método de análise histórica, comparando vertentes teóricas preponderantes pós-tratado da Westphália, que configurou um sistema de Estados soberanos e estabeleceu as bases de estruturação das Relações Internacionais. Neste sentido serão comparadas tais vertentes teóricas.

FATORES QUE CONSTRANGEM A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

As razões que constroem a reforma do Conselho de Segurança podem ser buscadas num primeiro momento na própria constituição da Organização das Nações Unidas. A ONU é constituída pelas nações vitoriosas da II Guerra Mundial; portanto, fruto de uma conjuntura em que os vitoriosos assumem, perante o mundo, o papel de protetores da paz e da segurança mundial. Esse papel é relevante tanto do ponto de vista dos interesses de cada uma destas nações como também do ponto de vista da influência dentro do cenário mundial. Sendo assim, pode-se destacar também o caráter ideológico existente no pós-guerra, principalmente pela disputa hegemônica entre o mundo capitalista liderado pelos Estados Unidos da América e pelo mundo socialista, ou bloco soviético, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; contexto que ficou conhecido como Guerra Fria. Em um terceiro momento assume centralidade a disputa pela hegemonia por parte dos Estados Unidos com o restante do mundo pós Guerra Fria e a própria reordenação do cenário das relações internacionais pós- queda do muro de Berlim, e da antiga URSS. Essa situação colocou o mundo diante de uma realidade sem a bipolaridade da Guerra Fria, mas, com a tentativa naqueles primeiros momentos de configurar uma nova ordem unipolar, ao mesmo tempo antigos atores buscaram recompor-se neste novo cenário com novos atores na busca de espaços, uns como satélites das velhas potências e outros de forma soberana, mas, ao final, criando um novo cenário bem diferente do anterior e mais complexo de entender e movimentar-se.

A ONU, mais especificamente seu Conselho de Segurança, foi influenciado por estes acontecimentos. Alguns desses eventos foram superados, enquanto outros estão praticamente intocáveis desde sua fundação, e outros a exigir respostas no sentido de atualizar e tornar mais dinâmico o Conselho de Segurança, o qual, pelo seu peso, tem papel fundamental na própria reestruturação da ONU, tanto em seu aspecto administrativo como também em sua credibilidade política como órgão de caráter internacional.

PONTOS QUE OBSTACULIZAM A REFORMA:

- Os próprios critérios da Carta apresentam obstáculos que tornam o desafio de reformar extremamente difíceis, basta analisar as regras em seus artigos 108 e 109, os quais apresentam entre as dificuldades pontos como a necessidade do apoio **de dois terços dos Membros da Assembleia Geral e de nove membros quaisquer do Conselho de Segurança, a ratificação de acordo com os respectivos métodos constitucionais, por dois terços dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os Membros permanentes do Conselho de Segurança.**⁵ Portanto, são obstáculos que exigem forte articulação política para superar as diferenças de interesses, de disputas e de características internas de cada nação, pois se trata de Estados soberanos que, na perspectiva da atualidade, agem, em sua maioria, atendendo expectativas internas numa clara visão realista; e, mesmo em uma perspectiva liberal, esta atuação se constitui de forma assimétrica, o que acaba aprofundando diferenças e gerando resistências.

- Outro aspecto que gera dificuldades é em relação ao número de membros permanente e não permanente, além deste o poder de veto. Neste ponto existem grupos, como G4, UfC, União África, S5, L.69 e o próprio P5 com propostas distintas em alguns aspectos, semelhantes em outras e opostas, como no caso do G4 e da UfC. E dentro deste quadro ficarão evidenciadas disputas de caráter internacional e regional como um dos principais fatores para o entrave do processo de reforma do CSNU.

⁵ Artigo 109, da Carta das Nações Unidas.

- Na busca de um justo equilíbrio geográfico e geopolítico que contemple não somente os vencedores da II Guerra Mundial, mas um amplo conjunto de nações, pois na atualidade o CSNU está composto pelos EUA, no continente norte americano, China na Ásia, Rússia com parte de seu território na Ásia e parte na Europa Oriental, Reino Unido e França pelo continente europeu. Assim, partes significativas não possuem representação nenhuma nessa instância de decisão da ONU, como América Latina e o continente africano, onde, aliás, se desenrola a maioria dos conflitos, o que tornaria a participação desta parte do mundo bastante relevante.

- Certamente entre as maiores dificuldades para avançar esta na Carta das Nações Unidas, no que se refere ao CSNU, reside a vontade de ratificação pelos cinco membros permanentes das medidas adotadas, pois, neste aspecto, o tabuleiro de xadrez faz com que cada membro visualize as possibilidades de equilíbrio e desequilíbrio numa possível reconfiguração do CSNU. Num cenário onde ocorreram significativas mudanças: o fim da URSS, a Rússia assumindo a representação política do que restou do antigo império soviético e com rivalidades advindas do período da Grande Guerra, como é o caso da China/Japão e tendo EUA como principal superpotência com um poderio militar considerável, dá a ideia da resistência de cada membro às mudanças. Ainda pode-se destacar como fator complicador o poder de veto, pois qualquer membro no âmbito do CSNU permanente que vote contra qualquer resolução esta não terá validade não importando quantos membros votem a favor.

O REALISMO E LIBERALISMO OBSTACULIZAM A REFORMA DA ONU

No que diz respeito aos dilemas enfrentados pela ONU, verifica-se uma disputa permanente dentro do mesmo campo ideológico em relação à forma como deve ser compreendida e conduzida a política externa (Realismo x Liberalismo), uma busca impor diante do outro seu modelo teórico, político, ideológico. No entanto, essas duas dimensões buscam o mesmo objetivo hegemônico, ou seja, impor-se como concepção de Relações Internacionais. Dependendo de qual teoria esteja em evidência, esse domínio será ora de forma direta ora de forma indireta, pelo controle dos mercados e dos recursos naturais.

É necessário observar que a prevalência da Teoria Realista, como modelo explicativo do período da Guerra Fria, entra em crise ao fim deste momento histórico. Era o referencial para explicar e justificar as Relações Internacionais em uma fase de eminente conflito entre dois campos antagônicos, capitalismo e socialismo. Ao fim deste período não apenas o modelo soviético entra em colapso, pondo fim a Guerra Fria, como também a ideia de organização social, fundamentada no Estado como gestor. Portanto, tanto para o socialismo como para o Realismo, que se constituíram por uma visão de Estado forte, de formas distintas de estruturação obviamente, o fim desta ideia significou o declínio de ambas às concepções. Sendo assim, o Realismo, diante do que ocorreu a partir de 1989, foi incapaz de dar respostas às transformações que estavam ocorrendo num mundo em rápida transformação. O Liberalismo, que é a própria essência do capitalismo, ressurgiu como modelo capaz de responder a este período de grandes transformações e de confusão quanto aos rumos do mundo.

A não existência de um campo oposto (socialismo) permitiu a teoria liberal caminhar com desenvoltura e sem obstáculos para impor seu pensamento hegemônico, classificado, na época, como “pensamento único”, no qual, a superação do Estado como ente organizador da sociedade era um objetivo, atacando justamente o que era mais caro e convergente entre o Realismo e o Socialismo. O Estado será o alvo da teoria do Liberalismo, do momento do colapso do bloco soviético até meados dos anos 2000, quando seu modelo passa a ser contestado, tanto pelo Realismo como pelo Socialismo, que ressurgem como alternativas para explicar as contradições deste início de século. Cabe ressaltar que o afloramento das contradições faz ressurgir dois modelos (Realismo e Socialismo) que estavam caracterizados como ultrapassados e mortos como alternativas. Parece que um faz o outro ressurgir, como se a existência de um estivesse condicionada a do outro, ou como se o surgimento de um gerasse automaticamente a resistência do outro.

O Liberalismo é a essência do capitalismo, porém, em termos de relações internacionais, o capitalismo não consegue ser liberal o tempo todo. Essa ideologia começa a ser contestada ou a sofrer oposição de um modelo distinto, como do socialismo ou mesmo de governos de caráter mais social. Quando isso ocorre o capitalismo experimenta uma transição para o Realista.

Em suma, ambas as concepções obstaculizam a Reforma da ONU e, em particular do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois, em última instância, são concepções hegemônicas que apenas se diferem na forma como exercem a hegemonia. Sendo assim,

defendem a soberania e a supremacia de seus Estados do mesmo modo como exercem seus domínios.

O PAPEL DA SOCIEDADE NA REFORMA DA ONU

A Reforma da ONU é um tema de essencial relevância em sua forma geral e a do CSNU em sua forma particular, principalmente pelo órgão não refletir, opinião unânime entre os defensores da reforma, a realidade do mundo atual. O CSNU, pelo papel que desempenha na estrutura da organização, necessita ser reformulado para responder às demandas da época atual. O desafio nesse sentido é saber como criar as condições para que isso ocorra ou como gerar a pressão necessária para o tema avançar. Uma das propostas mais interessantes é levantada pelo G4 e que diz respeito à participação da sociedade civil no debate da Reforma do CSNU.

A Reforma CSNU afeta diretamente o tema da paz e da segurança, sendo assim é um tema de relevante importância para a sociedade civil; afinal afeta a vida de todo o planeta. Entretanto, este debate fica restrito a um pequeno círculo de especialistas e diplomatas. Das diversas propostas para ampliar a participação da sociedade civil destacam-se aquelas que buscam envolver a imprensa por seu amplo alcance, os parlamentos por serem espaços de debate e proposições e as universidades pela característica natural de ser um espaço privilegiado de debate e formulação de ideias. Entretanto, a temática está distante ou não recebe a devida atenção; por exemplo: nas universidades, pois pouco se encontra acerca do tema, passando a ideia de algo alheio e sem a devida consideração por parte da academia. Mais uma vez, mesmo o tema tendo a importância que tem, está distante das agendas de debate, dando a impressão da mais absoluta falta de visão acerca da dimensão do assunto no cotidiano da sociedade civil.

Outros canais de grande importância para amplificação do debate, não proposto pelo G4, são os partidos políticos e os movimentos sociais, pois a paz e a segurança são de interesse de todos - ou pelo menos deveria interessar. Assim, como a agenda ambiental até pouco tempo estava excluída da pauta deste tipo de organização e hoje está naturalizada como pauta no seio dos mais variados e diversos movimentos e organizações, também é preciso e necessário introduzir o debate da reforma pela grande magnitude e desdobramentos decorrentes do tema, como a questão da paz, da segurança internacional, dos efeitos econômicos e políticos decorrentes de conflitos além das fronteiras. Enfim, os países há muito deixaram de ser comunidades isoladas, sendo afetados por acontecimentos e decisões que

independem de seus desejos de aceitarem ou não; por isso é de relevante importância que a sociedade, os partidos e os movimentos sociais influam nos rumos deste debate.

IDEOLOGIA COMO OBSTÁCULO PARA A REFORMA DA ONU

O primeiro ponto a considerar em relação ao Realismo político é sua preponderância nas Relações Internacionais, que se impõe na forma de como os Estados estabelecem relações. Essa vertente teórica, baseada na ideia do poder, do conflito e da impossibilidade de convívio pacífico entre Estados, centraliza sua construção na concepção de que os Estados buscam o poder e que a única forma de evitar os conflitos seria pelo equilíbrio desse poder. Dessa forma, nenhum Estado abrirá mão do poder sobre pena de tornar-se vulnerável perante outros Estados.

A concepção liberal numa perspectiva distinta desenvolve a concepção da cooperação e tende a dar uma menor importância ao papel do Estado, por crer que a sociedade internacional pode funcionar como uma sociedade doméstica, ou seja, a governança, a nível internacional, seria o instrumento pelo qual se evitariam guerras. No entanto, ao analisarmos os três fatores fundamentais destacados por Pecequillo: a interdependência econômica, a disseminação da democracia e as instituições internacionais que criam “espirais de cooperação”, deparamo-nos com o fato destes três fatores esconderem a disputa hegemônica sobre uma fachada de cooperação. Como é possível interdependência econômica dentro de um quadro de assimetrias econômicas? Disseminação da democracia? Qual democracia será disseminada a das grandes corporações e a das superpotências militarizadas? E, instituições internacionais que criaram “espirais de cooperação” como FTs (CMs e ONGs), organismos estes que estão sobre grande suspeita pelo papel que cumprem onde se instalam, pois são conhecidas historicamente as imensas remessas de lucro enviadas por CMs e CTs para suas matrizes, além de sabermos do papel de muitas ONGs patrocinadas por grandes corporações cumprem no interesse dessas. Portanto, dentro desta perspectiva a concepção liberal contribui para obstaculizar a Reforma da ONU, pois atua em um cenário de desigualdade entre Estados, de maneira em que a cooperação se dá apenas sob perspectiva de Estados hegemônicos e Estados à mercê desta hegemonia.

Desse modo, os pressupostos dessas duas concepções ideológicas constroem a reforma do CSNU, pois buscam impor sua hegemonia, sendo uma pela força e pelo conflito e a outra pelo domínio econômico, cultural e ideológico, sem que isto resulte em definhamento das relações assimétricas.

O cerne da questão, em um determinado momento histórico, era derrotar o marxismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, enquanto alternativa. Portanto, enquanto houve a disputa aberta por espaços de influência e equilíbrio entre ambas as ideologias, a ameaça de conflito era permanente.

A existência destes espaços de influência não podia ser algo aberto para a circulação de mercadorias, capitais e ideologias, pois, afinal, tal liberdade significaria a ruína de um dos lados. Por isso a razão de tantos conflitos indiretos entre as duas superpotências da época. Sendo assim, podemos dizer que o Liberalismo só poderia prosperar como modelo teórico, econômico e político em um ambiente “ausente” de disputa ideológica mais direta. No entanto, neste aspecto reside um detalhe importante: tanto o Realismo como o Liberalismo defende o sistema capitalista como modelo de desenvolvimento, de liberdade e democracia. Ambos defendem o modo de vida baseado na propriedade privada em oposição ao modelo socialista/marxista de propriedade coletiva ou estatal.

É necessário compreender que o Realismo como modelo teórico explicativo serviu com eficácia no enfrentamento à teoria (marxista), que era capaz de influenciar o mundo para uma nova alternativa de sociedade. A partir da derrota do campo socialista, ele perde essa eficácia por estar alicerçado na visão de Estado forte e pronto para o conflito; a não existência desta possibilidade torna a premissa do Estado forte e belicoso ineficiente. A derrota do socialismo para o qual o Estado tinha um peso significativo abrirá caminho para tornar o Estado símbolo de atraso e autoritarismo (falta de liberdade, principalmente de mercado). Não havendo o inimigo imediato a ser enfrentado, o Realismo perde espaço como modelo explicativo, mas não como modelo de ação a ser aplicado na expansão do sistema capitalista. Com o colapso soviético e, por consequência, a expansão para o leste, a tentativa de impor para o restante do mundo um único polo de poder, será uma realidade bem concreta, a qual se esconderá por detrás de uma fachada de cooperação e disseminação da democracia.

O modelo Liberal se fortaleceu com a derrota do campo socialista ao mesmo tempo em que se consolidou diante da incapacidade do Realismo de dar respostas a um mundo em transição. Não propunha mais o Estado belicoso como instrumento de relações internacionais, e sim a cooperação. É claro que o Estado nunca deixou de ser Liberal nem no período da Guerra Fria, apenas estava condicionado a fatores externos. Com o fim destes fatores, a redução do Estado será o principal discurso do Liberalismo, pois qual seria a necessidade de um Estado forte num mundo onde a paz e a liberdade triunfaram (Fim da História) e o autoritarismo foi derrotado (leia-se socialismo); portanto o Estado virara sinônimo de coisa retrógrada e ultrapassada (Jurássica).

Sem contraponto o Liberalismo expande-se pelo mundo, inclusive pelas antigas áreas de influência da URSS, impondo sua concepção de mundo como único modelo de liberdade e democracia válido. É interessante observar como o Realismo e Liberalismo se fundem como duas faces da mesma moeda, ou seja, a de impor o sistema capitalista, que ao final das contas gera independente de modelo, realidades assimétricas entre Nações, pois o Liberalismo é Realista em seus objetivos expansionistas e o Realismo é Liberal desde que garantido o controle dos recursos econômicos, dos naturais e das fontes de matéria prima. Na atualidade o Liberalismo se impõe como teoria e instrumento de ação; no entanto, mesmo escondido sobre uma fachada de cooperação, ele não abre mão de pressupostos Realistas para impor o controle de uma ou de um punhado de nações sobre a grande maioria das nações. Isso começa, porém, a ser contestado, deixando como pergunta: qual lado da moeda responderá a esta nova realidade?

A DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA ONU

A ideologia é algo difícil de conceituar e, ao mesmo tempo, é muito usual no meio político - tanto para apontar as características de um determinado pensamento, ação e quanto instrumento de acusação. Ideologia pressupõe divisão e formas de conceber ideias. Um organismo como a ONU não está imune às influências ideológicas até por não existir imunidade ideológica. Por isso, os atores que atuam dentro da organização o fazem a partir de um prisma que reflete a concepção de mundo que eles representam. Estes mesmos atores são o resultado das divisões e disputas internas dentro de seus Estados, de tal forma que um processo eleitoral de caráter nacional não é apenas acompanhado internamente, é visto pelo mundo como resultado capaz de influenciar na correlação de forças. Sendo assim, é possível perceber as dificuldades em encontrar consenso nas instâncias da organização e, em especial, no Conselho de Segurança.

A ONU foi, até 1989, influenciada pela disputa bipolar entre EUA e URSS (Capitalismo e Socialismo). Com o fim da URSS e da Queda do Muro de Berlim esta disputa ideológica ficou diluída ao ponto de se falar em fim da história (Fukuyama). No entanto, o que se percebe é que ficou mais sutil as disputas e, principalmente escondido atrás de uma aura de universalismo.

“França e Reino Unido compõem, com os Estados Unidos, o núcleo ocidental que tem dominado politicamente a ação do Conselho de Segurança no pós - Guerra Fria, o chamado P3. Enquanto os Estados Unidos se distinguem por sua supremacia incontestada no plano

militar, a China é a potência em ascensão, e a Federação Russa, como ex-superpotência busca redimensionar em termos regionais suas ambições, enquanto os assentos permanentes de França e Reino Unido lhe permitem exercer no Conselho uma liderança diplomática em nome da Europa que caberia logicamente à Alemanha reunificada”⁶.

Destacados os fatores que obstaculizam uma possível reforma do CSNU, passa-se, agora, a discutir os pressupostos teóricos que embasam o posicionamento deste trabalho em relação à necessidade de refletir sobre como uma reforma deste organismo importante poderia ser viabilizada, com base em outros princípios ideológicos.

QUADRO TEÓRICO

Existem diferentes “Escolas de Pensamento” sobre Relações Internacionais, entre as quais, de acordo com Cristina Soreanu⁷, se destacam as seguintes vertentes:

- Realismo
- Liberalismo
- Pluralismo
- Globalismo
- Teorias da Integração
- Teorias da Paz e Conflito (ver: ARON, Raymond).

Sobre o Realismo e o Liberalismo abordarei, de forma detalhada, nas páginas à frente. Para efeitos de comparação teórica, entretanto, uma síntese das vertentes citadas segue abaixo.

O Pluralismo ou Teoria Pluralista consagra maior importância aos atores não estatais, diferenciando-se do realismo neste aspecto central, pois para a teoria as organizações não estatais “são mais que simples fóruns dentro dos quais os Estados competem e cooperam uns com os outros”. (Viotti, 1998, p.199). Nesta percepção os Estados não são entes isolados e soberanos no mundo, ao contrário, são influenciados por organismos com Organizações Não Governamentais (ONGs), Companhias Multinacionais (CMs) e Companhias Transnacionais

⁶ PATRIOTA, Antônio de Aguiar. O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletivo. Brasília: Instituto Rio Branco e FUNAG, 1998. P. 103.

⁷ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010.

(CTs), que agem no sentido de influir na política externa dos Estados. Em síntese pode-se afirmar que o pluralismo trabalha a cooperação ao invés do conflito, pois isso terá sua “base no liberalismo”.

- Globalismo ou Teoria Globalista “tem seu ponto inicial, na análise das Relações Internacionais, o contexto global no qual os Estados e outras entidades interagem”.⁸ Considera o fator histórico critério importante para compreender a evolução do sistema internacional. Nesta teoria o fator econômico assume papel preponderante para explicar as relações internacionais e as assimetrias existentes nesta relação.

- A Teoria da Integração tem como preocupação os fatores que geram ou mesmo dissolvem o processo de cooperação entre Estados e os valores e interesses embutidos nesta construção. Esta visão busca compreender o comportamento dos Estados num contexto em que ele não é o centro e, em princípio, busca-se compartilhar ações conjuntas no sentido de beneficiar as partes envolvidas. Apesar da crítica que pode ser feita a esta teoria de que “os poderes hegemônicos têm a capacidade de fornecer a estabilidade para aumentar a segurança e o bem-estar econômico de estados pequenos na forma, por exemplo, da Pax Britannica do século XIX ou da mais recente Pax Americana” (Dougherty, James E. & Pfaltzgraff Jr, Robert L., 2011).

- Já a Teoria da Paz e Conflito, desenvolvida por Raymond Aron, tem seu foco no estudo do conflito e, principalmente, da guerra como elemento constante nas relações entre Estados. Define o sistema internacional como “o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em guerra”.⁹ Portanto, os elementos guerra e paz são importantes para compreender o sistema internacional por ser algo permanente entre Estados.

⁸ Autores: Carla A. Arena Ventura, Melissa Franchini Cavalcanti, Verônica Angélica Freitas de Paula, Dante Pinheiro Martinelli. **A ABORDAGEM SISTÊMICA E A TEORIA GLOBALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: APLICAÇÃO PRÁTICA EM EMPRESA TRANSNACIONAL NA FRANÇA E NO BRASIL.** FEA-USP-RP. p. 07.

⁹ ANDRADE, Bárbara. Raymond Aron e os conceitos de homogeneidade e heterogeneidade. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 35, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000300005&lng=pt&nrm=iso>.

As Relações Internacionais é a disciplina que moldura e contextualização o quadro teórico; assim, antes de dar seguimento a outros aspectos, considero importante contextualizar as Relações Internacionais como moldura explicativa.

As Relações Internacionais surgem como disciplina no século XX, a partir ascensão política dos Estados Unidos, tendo a Europa, mais exatamente a Inglaterra como um de seus berços, portanto, os dois polos principais da disciplina. Segundo Esther Barbé:

“As Relações Internacionais surgiram na Grã- Bretanha como ciência no pós- Primeira Guerra Mundial, em 1919, como consequência direta dos numerosos desdobramentos do conflito. A principal motivação da disciplina era analisar o fenômeno da guerra, negando a ideia básica de Clausewitz que considerava a “guerra como mais uma forma de atividade política.”¹⁰

O centro das análises das Relações Internacionais é o Estado, mais precisamente a relação entre Estados, entendido como unidades políticas soberanas como definido pelo tratado de **Paz de Westphalia** em 1648, em contraponto com a fragmentação existente no período medieval, ou seja, a disciplina se ocupa do que hoje definimos de Estado Moderno.

Além das influências citadas acima, é importante levar em conta as tradições francesas de Pierre Renouvin (1967), Marcel Merle e Jean Baptiste Duroselle, assim como as reflexões de Raymond Aron e os estudos críticos. (PECEQUILO, 2010, p. 27).

Neste trabalho, opta-se pela análise comparativa das Relações Internacionais com base no Realismo, Liberalismo e no Marxismo por serem as principais correntes explicativas, no sentido de não existir uma interpretação sem estes parâmetros, o que justifica a opção teórica. Neste caso faço a opção pelo Marxismo como principal instrumento desta explicação, portanto, o eixo teórico que respalda este trabalho. Para compreender a contribuição da abordagem marxista ao problema deste trabalho, examinarei as teorias que o contrapõem:

A) REALISMO POLÍTICO

Conhecida como a mais tradicional abordagem, sintetiza sua visão em dois pontos chaves:

¹⁰ SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. **As contribuições de Karl Marx e Vladimir Lênin para o estudo teórico das relações internacionais**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº03, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384]

- O Poder
- O Conflito.

A concepção acerca do ser humano é negativa, é identificada como tendente ao egoísmo e, conforme Pecequilo, “é propensa à conquista e é predatória (segurança, glória, prestígios são objetivos a serem seguidos)”¹¹.

Suas fontes na Ciência Política foram elaboradas por:

- Maquiavel
- Thomas Hobbes
- Tucídides
- Max Weber (a separação do poder e da moral e, da lógica da ação política também se inclui neste campo (ética das responsabilidades e da convicção).

Outro elemento essencial do estudo weberiano para a constituição do Estado Moderno é o uso legítimo da força e da análise sobre as formas de dominação derivadas da lei, da tradição e do carisma.

Novas vertentes do realismo¹²:

- Estruturais
- Neoclássicas

No campo internacional prevalece o Estado de Natureza e de competição, sendo a anarquia algo inerente a este estado de coisas, e a guerra uma ameaça permanente.

Na visão tradicional do realismo, o interesse é traduzido em poder, sendo o estado a estrutura deste poder, o qual é justificado em nome da segurança e da soberania. Os conceitos chaves da visão tradicional são:

¹¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 28.

¹² PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 31.

- Anarquia
- Centralidade do Estado
- Equilíbrio de Poder - a posição dos Estados define-se por seus recursos de poder.

Pode-se ainda destacar dentro do campo do realismo o¹³:

- Neorealismo – o sistema internacional estrutura a atuação dos agentes, sendo que os mesmos sofrem ações e influenciam as estruturas do sistema e as relações são estabelecidas pelo equilíbrio de poder.
- Realismo Estrutural – abre espaço para relação interno-externo apesar das dificuldades relativas à cooperação, que é vista como instrumental.

Resumindo-as Dougherty e Pfaltzgraff sintetizam os seis componentes básicos, compartilhados pelas visões realistas¹⁴:

- 1) O sistema internacional é baseado no Estado-Nação como seus atores-chave;
- 2) A política internacional é essencialmente conflituosa - luta por poder em um ambiente anárquico no qual estes Estados inevitavelmente dependem de suas próprias capacidades para garantir sua sobrevivência;
- 3) Os Estados existem em uma condição de igualdade de soberania, porém detêm diferentes capacidades e possibilidades;
- 4) Os Estados são atores principais, e a política doméstica pode ser separada da política externa;
- 5) Os Estados são atores racionais cujo processo de tomada de decisão é sustentado em escolhas que levam à maximização de seus interesses nacionais;

¹³ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 30.

¹⁴ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 31.

6) O poder é o conceito mais importante para explicar e prever o comportamento dos Estados.

Nessa perspectiva, o Racionalismo sustenta-se como “uma ferramenta crítica que revela o jogo dos interesses nacionais sob a retórica do universalismo”. (PECEQUILO, 2010 apud DUNNE and SCHMIDT, 2001, p. 179).

B) O LIBERALISMO, O IDEALISMO E INTERDEPENDÊNCIA

Assim como o **Realismo político é um produto do surgimento do Estado Moderno**, a **corrente liberal é um produto da ascensão da burguesia**, tendo suas raízes advindas dos séculos XVII e XVIII, os quais foram marcados pelas Revoluções Liberais como:

- A Revolução Gloriosa de 1688/89;
- A Revolução Americana de 1776;
- A Revolução Francesa de 1789.

Os processos revolucionários foram orientados sob os princípios de:

- Liberdade
- Igualdade
- Individualismo
- Reforma do Estado Absolutista¹⁵.

Do ponto de vista econômico, Adam Smith é a principal referência do pensamento liberal clássico¹⁶.

O pensamento liberal ressalta a importância da lei e da legitimidade que permitem, às sociedades humanas, realizar seus potenciais.

São referenciais deste tipo de pensamento autores contratualistas¹⁷:

¹⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 32.

¹⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 32.

¹⁷ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 32.

- John Locke
- Montesquieu
- Os Federalistas Americanos
- Jeremy Bentham
- John Stuart Mill

No século XX, ganha destaque o Idealismo Wilsoriano, estabelecido pelo “Quatorze Pontos” do discurso do senador Woodrow Wilson no senado dos EUA. Esses pontos se constituem na base do Tratado de Versalhes.

As três premissas de sustentação do Idealismo¹⁸:

- **a democracia** e a disseminação de seus valores, universalizando práticas legítimas e transparentes entre as sociedades e os Estados (“as democracias não vão à guerra uma com as outras” é a conclusão daqui derivada).
- **a segurança coletiva** para garantir a cooperação e defesa mútua entre nações, prevenindo o avanço de agressores, a partir da instituição de um mecanismo coletivo (a Liga das Nações, embrião da ONU cuja lógica multilateral estende-se às OIGs em geral).
- **a autodeterminação dos povos** que estabelece o direito à soberania aos povos que detiverem uma identidade e unidade comum.

No contexto da globalização, alguns autores escrevem sobre a superação do Estado. É uma concepção essencialmente liberal que busca diminuir ao máximo a intervenção deste nos assuntos mais variados, principalmente o econômico.

O **Internacionalismo Liberal**, como definem alguns autores, é a busca da superação do período pós 1920, representado pela Grande Depressão e pela ascensão do fascismo, situações que colocaram em cheque o modelo Idealista.

¹⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 33.

O Internacionalismo Liberal agrega elementos de poder ao idealismo, sustentando a hegemonia em três pilares¹⁹:

- o estrutural
 - o institucional
 - o ideológico
- } Ambos brando e de cooptação representados pelas OIGs e retórica cooperativa.

As obras de Robert Keohane (After Hegemony) e Joseph Nye (Power and Interdependence) e a ponte entre realismo e liberalismo, com base em conceitos como:

- Interdependência
- Transnacionalização

Esta visão torna-se recorrente no campo liberal e são conhecidas como:

- Liberal Institucionalismo
- Neoliberalismo
- Paradigma da Interdependência

Nesse contexto a aceleração e desenvolvimento tecnológico e seus impactos nos fluxos de capital, bens, pessoas e informação reforçam os fenômenos da interdependência e da transnacionalização, elementos essenciais da globalização²⁰.

Em termos conceituais a **interdependência** corresponde aos efeitos recíprocos que se estabelecem entre países ou entre atores de diferentes países como produto do aumento e aprofundamento dos contatos internacionais²¹.

O segundo conceito, o de **transnacionalização**, relaciona-se à interdependência e emerge da ação dos agentes privados no sistema internacional que se intensificou a partir dos desenvolvimentos tecnológicos e dos fenômenos que surgem além dos Estados e seus limites, mas que por eles não podem ser controlados²².

¹⁹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 34.

²⁰ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 34 - 35.

²¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 35.

²² PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 35.

Os fenômenos que surgem além Estados são²³:

- Comunicação
- Transporte
- Finanças
- Pessoas.

É dentro deste contexto que autores indicam a superação do estado enquanto outros partilham a opinião da existência de formas múltiplas de atuação dentro do cenário das Relações Internacionais.

C) O MARXISMO E AS VISÕES CRÍTICAS

O Marxismo, ao contrário do Realismo e do Liberalismo que se desenvolveram a partir de suas bases clássicas, encontrou dificuldades de uma elaboração mais consistente, principalmente a partir do fim da Guerra Fria em 1989.

Porém, desde sua origem o marxismo centra sua preocupação no contexto internacional a partir de análise da Revolução Industrial e da contestação da sociedade burguesa.

Merecem destaque obras como:

- O Capital
- 18 Brumário
- Manifesto do Partido Comunista

A este respeito, citado por PECEQUILO, “o materialismo histórico é uma teoria geral abrangente da ação política, social e econômica capaz de considerar todos os campos da ação social” (HALLIDAY, 1999, p. 69) que podem pensar as Relações Internacionais e transformar a realidade.

Os conceitos de sustentação nessa linha de análise, segundo Halliday, são²⁴:

²³ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010.

- a determinação material
- a determinação histórica
- a centralidade das classes
- e a revolução.

Os autores vinculados a essa linha de teorização²⁵:

- Rosa de Luxemburgo
- Lênin
- Gramsci
- Eric Hobsbawn
- Emmanuel Wallerstein

É preciso mencionar dentre as visões teóricas de esquerda a Teoria da Dependência elaborada pela CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe).

Esta teoria sustenta a divisão estrutural entre norte e sul.

A base do pensamento é a defesa da nova ordem econômica internacional (NOEI) e do desenvolvimento autóctone dos países do Sul por meio da superação da deterioração dos termos de intercâmbio por meio da ação estatal e da substituição de importações.

São representantes desta corrente²⁶:

- Raul Prébisch
- Fernando Henrique Cardoso

A partir destas três fontes, o presente quadro teórico é elaborado para dar respostas às razões que dificultam a Reforma da ONU.

²⁴ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 28 - 29.

²⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 37.

²⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010. p. 37.

É através destas três fontes teóricas, tendo como bússola a teoria marxista, que justificarei as razões que levam a eterna postergação da Reforma da ONU e por qual razão estas três fontes podem contribuir para responder a esta pergunta:

- 1º) Pelo aspecto histórico no sentido de terem construído elaborações acerca das Relações Internacionais;
- 2º) Pelo reconhecimento delas como fontes explicativas.
- 3º) Pela atualidade de suas proposições ao quadro das Relações Internacionais, pois são capazes de responder a muitos dos questionamentos da atualidade, assim como ajudar a compreender determinadas concepções.

A Reforma da ONU, quando apresentada de forma tão ampla, não vai ao cerne da questão, pois não se trata de reformar toda uma organização, afinal alguns órgãos da ONU possuem condições de participação ampliada, como o Conselho Econômico e Social, que abre espaço para além dos Estados-membros como para Organizações Não Governamentais. Com isso, afirmo que o ponto central da reforma está em modificar as estruturas, ou melhor, a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por seu caráter eminentemente político, pelos aspectos sobre sua jurisdição (segurança, uso da força) e pelo poder exercido por cinco nações dentro do organismo (poder de veto). Assim, o ponto central para atualizar a ONU ou fazer dela uma organização internacional do século XXI, com eficiência, com reconhecimento e legitimidade e necessidade e urgência da reforma do Conselho de Segurança.

A razão para o processo de reforma e ampliação do Conselho de Segurança ser algo tão difícil de concretizar. O que constrange a Reforma da ONU, mais exatamente do Conselho de Segurança?

O primeiro aspecto a considerar é a visão conservadora existente nas relações internacionais, que busca constituir ideologicamente uma relação de poder e conflito, fundamentada no domínio, na conquista e na garantia de segurança para o seu Estado. O segundo aspecto é a visão liberal que busca superar ou mesmo negar a importância do Estado, principalmente, no seu caráter de bem estar social. No entanto, não abre mão de prerrogativas realistas (conflito) quando de questões econômicas, utilizando da força para garantir lucros. E, o terceiro aspecto, o Estado aparece como produto de uma determinada época histórica, por isso vinculado a interesses de determinados grupos, opondo-se a concepção do Estado acima

das classes. Sendo assim, não há como compreender as dificuldades para o sucesso do processo de reforma sem entender as concepções em disputa no cenário do sistema internacional e os interesses em jogo decorrentes desta disputa de caráter hegemônico.

A teoria marxista, principal referência deste trabalho, embora, segundo a opinião de variados autores, não tenha especificamente uma elaboração acerca das relações internacionais, possui, em suas formulações, o perfil internacional, tendo sua origem na Revolução Industrial e, portanto, na análise do modo de produção capitalista e de sua expansão a nível planetário. Em suas análises, o marxismo observa que o modo de produção capitalista não tem outra forma de sobreviver que não seja expandindo para além dos Estados Nacionais. Por essa razão precisa, para dar vazão ao acúmulo de capital gerado dentro de suas fronteiras, busca constantemente novos mercados. Nesse sentido tem um caráter extremamente agressivo, pois precisa impor como Estado Nacional seu domínio sobre outros Estados Nacionais. Essa situação gera contradições que apenas aprofundam as desigualdades entre Estados; por isso a visão do Estado acima das classes tem como função gerar a alienação e encobrir o caráter anárquico e privado do Estado, ou melhor, atende aos interesses das classes dominantes, que impõem, através deste mecanismo, o seu poder político e ideológico, dividindo o proletariado em nacionalidades.

Lênin, com base nos escritos de Marx, elabora a ideia de que a internacionalização do capital está diretamente ligada ao surgimento do imperialismo, o que na visão do autor seria uma última etapa do capitalismo, o qual estaria em sua fase monopolista/financeira. A partir dessa constatação concluiu que a contradição, responsável por disputas, guerras e conflitos gerados pela constante necessidade de mercado, neste estágio se dá entre nações. Na tese de Lênin, o mundo está dividido por zonas de influência e estas zonas estão sendo disputadas pelos países imperialistas.

A partir da tese marxista se percebe a dificuldade em Reformar o CSNU por seu caráter político e pelas concepções que buscam impor sua hegemonia e abrir espaços dentro do CSNU; conseqüentemente tratam de jogar peso dentro do sistema internacional. Por isso, para romper este círculo fechado tornam-se necessárias a participação da sociedade civil e de amplas massas, de forma a criar um ambiente interno capaz de gerar lideranças comprometidas com o multilateralismo como forma de relação social. Deste modo podemos afirmar que existe um debate claramente ideológico acerca da reforma. No entanto, esse debate é contraditório, pois de um lado temos um sistema que já não comporta as demandas de sua época, mas que, mesmo assim, tenta impor seu domínio, de outro, países desenvolvidos e em desenvolvimento buscando atualizar e participar dos rumos da ONU.

Nesse contexto, é de fundamental importância utilizar este debate caracterizado por contradições que questionam o hegemonismo e o unilateralismo, para criar espaços de discussão a respeito da necessidade de reformar o CSNU.

A REFORMA DA ONU

O Quadro I sintetiza as bases teóricas analisadas neste trabalho.

Realismo Político	Idealismo, Liberalismo e Interdependência.	Marxismo
Poder	Lucro	Luta de Classes
Conflito	Cooperação ressalva a importância da Lei e da legitimidade.	Revolução
Sociedade Anárquica	Sociedade Anárquica	Divisão de Classes
Desconfiança da natureza humana.	A natureza humana é egoísta. A busca da paz pelo intercâmbio comercial.	Proletariado x Burguesia
Soberania	Segurança Coletiva	Divisão de classe em nível internacional
Estado	OIGs e FTs	Estado de Economia Planificada
Conservador	Liberal	Socialista

REALISMO, LIBERALISMO E MARXISMO

REALISMO

A Escola Realista ou Teoria Realista é a mais antiga das escolas de pensamento acerca das relações internacionais, alguns autores afirmam que o realismo já estava presente, mesmo

não estando na forma de uma teoria elaborada e constituída, na Guerra do Peloponeso²⁷ **“ou nas reflexões de Sun Tzu ou ainda nos discursos de vários Césares no apogeu militarista do Império Romano para denotar como a escola realista está atrelada à lógica humana de ganhos calculados, de dominação e de glorificação”**²⁸. Independente de concordamos ou não com tal afirmação, um ponto converge às diversas opiniões sobre a teoria realista, qual seja sua fundamentação na defesa do Estado e busca pelo poder como objetivo permanente, os quais seriam os fatores responsáveis pelo equilíbrio e manutenção da segurança e da paz. Dito de outra forma, sem a existência deste, viveríamos em um estado de barbárie, onde os instintos mais primitivos seriam os guias das ações humanas. Este é um ponto de concordância ao avaliar realismo clássico.

A teoria realista parte do princípio que ser humano age simplesmente pelo egoísmo, ou melhor, pelo instinto de autopreservação, pela busca incessante de espaços que lhe permitem atender aos interesses; para isso a busca e manutenção do poder será algo a ser buscado como garantia de segurança. Essas são visões partilhadas pelos autores clássicos em suas formulações acerca da política, da sociedade e da relação entre Estados. Dessa forma, veremos isso no Equilíbrio de Poder de Tucídides ao tratar da relação de Atenas e Esparta, em Maquiavel ao tratar da motivação pelo poder como fator de sobrevivência e ganhos e, em Hobbes, que, com a formulação do Leviatã, deixa claro o papel e a importância do Estado como fator essencial para a superação - nas palavras de Hobbes - do chamado Estado de Natureza, que “sem esta interferência se caracterizaria pelo conflito permanente”.²⁹ Neste ponto é importante destacar a ampliação formulada pelo autor: os seres humanos nascem iguais, portanto em condições de reivindicar seus interesses, os quais sem a mediação do Estado fugiriam do controle, gerando confrontos na busca da garantir a autopreservação e a segurança. Hobbes transpõe esta mesma dimensão aos Estados, os quais agiriam como indivíduos dentro do cenário internacional e, não havendo um Estado acima dos Estados, estes agiriam pelo Estado de Natureza, na busca pela autopreservação tendo o outro como eminente ameaça.

Outro autor de grande relevância e contemporâneo de Hobbes (1588- 1679) foi Cardeal Richelieu (1585- 1642), que partilhou semelhante opinião acerca do caráter dos

²⁷ Tucídides.

²⁸ CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2012.

²⁹ Segundo Bobbio (1991, citado por PECEQUILO, 2012, p. 118): “Hobbes, ao lado de John Locke e Jean Jacques Rousseau, faz parte da corrente jusnaturalista e/ou contratualista da Ciência Política. Segundo suas visões, as sociedades civis e seus Estados constituídos originem-se a partir de um pacto entre homens. Cada um deles, entretanto, terá diferentes percepções a respeito das motivações e resultados deste pacto”.

indivíduos em sociedade, qual seja a defesa dos interesses individuais em detrimento do coletivo, ou melhor, do bem comum. É de Richelieu a famosa expressão *raison d' état*, razão de Estado, a qual coloca o Estado acima dos indivíduos no sentido de preservação como entidade soberana.

Outro autor de destaque nas bases que constituem a teoria realista e de importantes obras para esta teoria é Max Weber (1864- 1920) que “tratara do poder como elemento central da política”³⁰. Para Weber o Estado será o detentor do monopólio legítimo da força e exercerá sua dominação pela lei, tradição e carisma. Além disso, assim como Maquiavel e Richelieu fizeram no passado, Weber procede à separação do poder e da moral, pois, em sua visão, as ações de Estados deveriam ser norteadas por aspectos políticos. Sendo assim, as ações ou consequências geradas pelo Estado não deveriam ser julgadas pelo critério moral, por este não abarcar a real dimensão da luta e por estar vinculada a critérios subjetivos. A avaliação deveria, pois, ser política. Dentro desta ideia, Weber formula aspectos morais “opõe as intenções e as consequências, ou como também é conhecida, a questão que opõe a ética absoluta da convicção, à ética pragmática da responsabilidade”³¹.

Intenções = Ética Absoluta da Convicção	Consequências = Ética pragmática da responsabilidade
Agir sem olhar as consequências	Agir analisando as consequências

“Para Weber, a ética da convicção não pode ser separada da análise das consequências de uma determinada ação, a qual fornece, por sua vez, um significado concreto a uma ética da responsabilidade.”³² Essa ideia, formula por Weber, sintetiza algo que é inerente à teoria realista - por a política como critério da ação, baseada em uma razão que prioriza os interesses dos Estados acima de critérios subjetivos e universais, ou simplificando, as “boas” intenções não bastam para o jogo político entre Estados, pois a vida real pode exigir muito mais que “boa vontade”. Assim, as ações cobram uma postura consequente que pode não estar em sintonia com os preceitos universais de conduta ética.

Para finalizar esta primeira parte da teoria realista, gostaria de destacar, por mais óbvio que possa parecer, a importância dada, pelos autores acima citados, do papel do Estado como

³⁰ DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: As Teorias em Conflito*. 2. Ed. Lisboa, Gradiva, 2011. p. 88.

³¹ DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: As Teorias em Conflito*. 2. Ed. Lisboa, Gradiva, 2011. p. 89.

³² DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: As Teorias em Conflito*. 2. Ed. Lisboa, Gradiva, 2011. p. 89.

um instrumento de manutenção e preservação da segurança, da política como o fator que configura e reconfigura as ações dos Estados e, por último, a separação dos fatores morais da luta pelo poder. Sendo assim, podemos apresentar o Estado, a política e o poder como tripés da teoria clássica que vão refletir nos desdobramentos futuros da própria teoria realista.

O Realismo do Século XX

É a partir do século XX que as Relações Internacionais tomam corpo como disciplina autônoma e independente da Ciência Política. As formulações advindas deste período, mais especificamente neste caso da Teoria Realista, foram as primeiras tentativas propositais de elaborar uma explicação teórica da relação entre Estados. Isso não significa afirmar a inexistência de um debate anterior, ao contrário, pois, como apresentado anteriormente, a teoria realista do século XX possui raízes históricas que contribuíram para seu surgimento.

Outro aspecto importante é identificá-la no tempo e no espaço. A teoria desenvolvida no século XX é produto de um período histórico, mais especificamente das fases das duas Guerras Mundiais e da Guerra Fria. Sendo assim, destacamos a importância de autores como E. H. Carr e Hans Morgenthau para a construção de um arcabouço teórico capaz de dar respostas, mesmo discordando delas, para um momento em que a realidade do conflito tornou-se concreta diante de dois conflitos mundiais que, após isso, a ameaça da hecatombe nuclear da Guerra Fria tornou-se permanente. Essas duas fases mudariam a face do mundo, principalmente com o fim da 2ª Guerra Mundial, porque, mesmo que o mundo tenha presenciado conflitos anteriores entre Estados, após esse evento, a ideia de um sistema internacional em permanente tensão como propunham os realistas, permaneceu e recrudescer com a divisão do mundo em dois polos, os quais rivalizavam no cenário internacional até finais da década de 80 e início da década de 90, o que dava corpo e sentido as formulações da teoria realista.

Edward Hallett Carr (1892-1982) nasceu em Londres, foi historiador, diplomata e professor de Direito Internacional na Universidade de Gales, sendo considerado um especialista em União Soviética. A sua obra de referência no estudo das relações internacionais é o livro “Vinte Anos de Crise”, no qual teremos “a busca de um pensamento realista, nos moldes clássicos de Maquiavel, para explicar o cenário do entre-guerras de 1919

a 1939³³”. E. H. Carr tinha como pressuposto que, tanto nas relações entre Estados e a política em si, o poder seria o fator orientador; portanto, assim como pensadores anteriores creditavam os conflitos à natureza humana, Carr ampliou tal responsabilidade para a relação entre Estados, o que o levou a ser um crítico do idealismo wilsoniano pela forma como este tratava a realidade: desconsiderava o cenário permanente de conflitos numa visão na qual os conflitos poderiam ser resolvidos pela racionalidade.

Hans Joachim Morgenthau (1904-1980) foi professor na Suíça e na Espanha, mudando-se depois para os Estados Unidos, onde trabalhou na Universidade de Chicago. Morgenthau buscou, mais do que E. H. Carr, elaborar princípios que dessem conta da realidade advinda do fim da Segunda Guerra. Além disso, o autor viveu e produziu no cenário do equilíbrio de poder, estabelecido pelas duas principais nações vitoriosas da Grande Guerra os EUA e a URSS. Mas, mesmo na busca pela criação das bases do realismo, Morgenthau não se distanciará da ideia também central nas formulações de Carr acerca do papel central do poder nas disputas políticas, assim como comunga da ideia da natureza humana como fator gerador de conflitos, aplicando esta ideia para a relação entre Estados, os quais buscam a manutenção de seus interesses e maximização de seus ganhos.

O Neorrealismo

Os anos 70, em oposição às ideias liberais, tem, como seu principal expoente, **Kenneth Neal Waltz** (1924- 2013), professor da Columbia University e um dos fundadores do neorrealismo ou realismo estrutural, que, segundo Pecequilo (PECEQUILO, 2102), tinha uma posição contrária ao multilateralismo, pois considerava tal empreendimento um fator de risco para o equilíbrio, tornando-o instável.

Waltz dará ênfase aos fatores de equilíbrio das relações internacionais, porém não se distinguirá do caráter anárquico e conflituoso do sistema internacional de seus predecessores. Assim, o ponto original na contribuição de Waltz é em relação a posição dos Estados dentro do **sistema internacional**. Ele não joga, como autores passados da vertente realista, somente na busca pelo poder como fator determinante do comportamento dos Estados, pois acrescenta a esta análise a posição e a capacidade dentro do sistema internacional como condicionantes para compreender o cenário das relações internacionais. Desta forma os Estados não agem

³³ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução as Relações Internacionais: temas, atores e visões. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 127.

apenas impulsionados por seus interesses, pois devem considerar, ou são obrigados a considerar, o cenário internacional.

Realismo pós-bipolaridade de Mearsheimer e Huntington

John J. Mearsheimer (Brooklyn, Nova York, dezembro de 1947) foi professor de Ciência Política e teórico das relações internacionais norte-americano ligado à Universidade de Chicago. Tem sua formulação baseada na ideia de que todo Estado busca a hegemonia e, por natureza ofensiva, principalmente, no quadro pós-bipolaridade, a tendência em questionar e pôr em dúvida a situação surgida com o fim da Guerra Fria.

Por último, destacar o caráter avesso de Mearsheimer ao multilateralismo, classificado como fator de instabilidade, sendo um defensor aberto da do bipolarismo como fator garantidor da paz e da estabilidade.

Samuel Phillips Huntington (1927-2008), economista estadunidense conservador, foi professor na Harvard University, onde lecionou até 2007. Para Huntington, após o fim da bipolaridade, os choques já não se dariam entre ideologias e Estados, mas sim entre religiões e civilizações, tese desenvolvida no seu famoso livro “Choque de Civilizações”, no qual destaca o advento de forças capazes de gerarem grande impacto nas relações internacionais. Huntington definiu como as grandes civilizações: a ocidental, a latino-americana, a africana, a islâmica, a sínica, a hindu, a ortodoxa, a budista e a japonesa “entraram em choque com a despolarização, cada uma exercendo representatividade, poder e força gravitacional política³⁴”.

Condiderações Finais acerca do Realismo

A presente apresentação da Teoria Realista em momento algum buscou aprofundar aspectos teóricos ou filosófico desta destacada vertente das Relações Internacionais, pois não é este o propósito do trabalho. Por isso busco sintetizar, através da leitura relacionada, os aspectos que ajudam a identificar o que é o Realismo nas Relações Internacionais, de forma a compreender sua presença não apenas de forma acadêmica nos debates da Reforma da ONU, mas, mais especificamente, da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é o foco deste trabalho.

³⁴ CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. p. 335.

Portanto, quando tratar do tema em si, sem dúvida recorrei à Teoria Realista na busca por explicar as razões que constringem a reforma do CSNU e providenciar a mínima noção de que a política realista é essencial para essa compreensão.

O LIBERALISMO

O Liberalismo surge como contraponto ao velho Estado absolutista e mercantilista os quais questionará por seu caráter centralizador tanto em termos políticos como em econômicos. Em termos políticos podemos afirmar, pela própria natureza do liberalismo da “igualdade” e da “liberdade”, o seu caráter avesso ao absolutismo, e, nos termos econômicos, a sua natureza. Por isso podemos afirmar o caráter de oposição a qualquer tipo de controle que obstaculize à livre iniciativa. O Estado será sempre um alvo na alça de mira dos liberais, algo traduzido para nossos dias, na defesa do Estado mínimo.

É neste processo de contestação que o liberalismo vai consolidando-se como teoria capaz, para aquele período entre o século XVII e século XVIII, de propor uma organização social mais avançada, tanto que será o período das Revoluções Liberais, como: a Revolução Gloriosa de 1688/1689, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução de 1789, esta última um marco do processo de ascensão da burguesia como classe dirigente, ou seja, já não era mais apenas a locomotiva econômica a movimentar a sociedade, pôs abaixo todos os resquícios da velha sociedade, tornando-se a força política capaz de arrastar milhares da servidão para o trabalho “livre”.

Este será um ponto que sempre norteará o discurso liberal através dos tempos, a liberdade como espinha dorsal de qualquer sociedade justa, claro que o conceito de liberdade para os liberais está assentado no indivíduo, ou seja, a satisfação do indivíduo é ponto central para a construção de uma sociedade colaborativa. Ideia defendida até os dias de hoje, mesmo jamais tendo sido realizada em qualquer parte do planeta, nem mesmo nos ditos Estados liberais.

Antes de prosseguir adiante é importante destacar os nomes de autores fundamentais para a constituição do liberalismo, como John Locke, John Stuart Mill, Emmanuel Kant, ao qual é atribuído o pioneirismo no debate acerca das leis universais para o relacionamento entre as nações e, por último destacar a contribuição no campo da economia de Adam Smith. Todos eles forneceram as bases do liberalismo, pois, de alguma forma, foram o contraponto ao realismo de autores, como Maquiavel e Hobbes, opondo uma visão focada apenas no Estado, não que desconsiderasse a necessidade do Estado, mas viam nele o instrumento para

regulamentar as relações sociais de forma a evitar atritos. Sendo assim não consideravam o ser humano mau, porém tão pouco bom, tanto que Adam Smith “partia do princípio de que a maior parte dos seres humanos age por motivos egoístas”³⁵, e Locke, como citado por Pecequillo, afirmava que “o homem nasce essencialmente bom, havendo apenas alguns elementos de tensão e desvio que, se corrigidos adequadamente por meio de leis, não se manifestarão em prejuízo do exercício da liberdade.”

Em linhas gerais, o liberalismo tem como pressupostos a individualidade e o livre comércio, os quais, quando assegurados, criam as condições de cooperação e liberdade, baseadas no respeito às leis, sendo a guerra fator de instabilidade e perda para os interesses dos indivíduos.

O Idealismo Liberal

O idealismo liberal teve forte influência estadunidense por ter como seu proponente Thomas Woodrow Wilson (1856 -1924), presidente dos Estados Unidos de 1912 a 1921. Buscou, através da criação de mecanismos multilaterais, criar as condições para um mundo de cooperação e paz, tanto que foi um importante articulador da Liga das Nações, apesar de não obter apoio interno para que seu próprio país participasse da Liga, que deveria fomentar a estabilidade por mecanismos de moderação, que garantisse a cooperação econômica e política como fatores promotores da paz. Dessa forma, assim como para os clássicos, também para esta corrente, a guerra era vista como algo extremamente negativo para a prosperidade individual e universal.

Outro ponto importante para destacar esta corrente é o valor que dispensam para leis, mais especificamente ao Direito Internacional Público como instrumento de regulamentação interestatal, capaz de criar o mecanismo de transparência e democracia que gerariam as condições para a cooperação. Na prática, no entanto, esta corrente não obteve sucesso por ser excessivamente utópica e, com os desdobramentos do pós-guerra, como a grande depressão, colocou-a em cheque, pois o que se viu não foi a ampliação da cooperação, mas sim a ampliação do realismo como prática entre nações, que culminou com o desencadear da 2ª Guerra Mundial.

O internacionalismo liberal será fruto do pós-guerra (1914-1918) devido à importância adquirida após o conflito dos Estados Unidos como principal força política e econômica do

³⁵ DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: As Teorias em Conflito*. 2. Ed. Lisboa, Gradiva, 2011. p. 534.

mundo capitalista, adquirindo certa hegemonia para “impor” política e economicamente este modelo como o mais adequado para a manutenção da paz.

Em síntese, o modelo internacionalista liberal se caracterizou pelo apoio à interdependência, através do comércio, como forma de evitar confrontos e pela busca da promoção da democracia estadunidense para a promoção do controle e transparência e, por último, a legitimação do Direito Internacional como instrumento moderador das controversias internacionais. Isto visava criar o clima ou as condições para que a comunidade internacional colocasse os interesses coletivos acima dos interesses nacionais; no entanto, como já dito, tal modelo fracassou diante da ascensão do fascismo e da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O Liberal Institucionalismo

Tendo como “principais representantes Robert Keohane e Joseph Nye, o liberal institucionalismo começa a nascer nos anos de 1960”³⁶. Mantendo os pressupostos do liberalismo clássico de defesa da individualidade, cooperação e busca da paz pelo intercâmbio comercial, esta corrente, principalmente com o papel e desempenhado dos Estados Unidos no pós-guerra, buscará ampliar estes fatores, contextando a visão realista, ou seja, defendendo a possibilidade da cooperação como alternativa ao conflito.

Para os liberais a defesa da cooperação entre Estados é essencial; assim, este não é visto simplesmente como um ente em busca do conflito, ao contrário, busca-se dirigir o papel do Estado para a dimensão na qual contribua para a ampliação da cooperação como fator de estabilidade, de coordenação e maior confiança nas relações interestatais: “Segundo Keohane, o que se observa é um processo em que os Estados partem de uma situação de discórdia para alcançar o ajuste, reduzindo a incerteza de seus relacionamentos, facilitando acordos (formulação e implementação) e baixando os custos de transação³⁷.”

O institucionalismo liberal incorpora, à sua análise, o papel dos atores não estatais e a agenda destes setores, a qual vai da temática do Meio Ambiente até a questão dos Direitos Humanos, ultrapassando as fronteiras dos Estados, absorvendo temas não pautados pelos mesmos, estabelecendo, assim, relações que vão além da “visão realista tradicional de que o

³⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução as Relações Internacionais: temas, atores e visões. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 149.

³⁷ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução as Relações Internacionais: temas, atores e visões. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 150.

ambiente anárquico resulta inequivocadamente do conflito entre Estados³⁸.” Neste aspecto ganha evidência ONGs, CMNs e organismos multilaterais, e economia, política e fatores culturais “misturam-se”, gerando um mundo extremamente dinâmico, realidade esta que ganhou a alcunha de globalização, termo fortemente empregado para caracterizar este processo na década de 90, principalmente pela rápida dissiminação não apenas do discurso liberalizante, mas da tecnologia e da comunicação como fatores de integração mundial. Surgiram fenômenos capazes de gerar a interdependência e a erosão das fronteiras, pelas quais transitam, além de pessoas, os chamados agentes privados (tráficos drogas, terrorismo, crime, igrejas...) ³⁹ classificados pelos autores como um típico fenômeno da transnacionalização.

Por fim, destacar a existência de tendências mais radicais acerca do papel do Estado, as quais propunham o fim deste como forma de ampliar a liberdade e a eficiência tão sufocadas pelo Estado, mas independente do posicionamento desta corrente fica óbvio o papel secundário dispensado ao Estado pelo liberalismo, o que será um ponto de distinção e de marco em relação ao realismo.

Considerações Finais acerca do Liberalismo

Apenas retomo as palavras da apresentação da Teoria Realista, que foram de não ter esta parte do trabalho o propósito de aprofundar aspectos teóricos ou filosóficos desta destacada vertente das Relações Internacionais. Por isso busco sintetizar, através da leitura relacionada, os aspectos que ajudam a identificar o Liberalismo nas Relações Internacionais, de forma a compreender sua presença nos debates da Reforma da ONU e, mais especificamente, da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a qual é o foco deste trabalho.

Portanto, no momento de desenvolver o tema proposto, recorri à Teoria Liberal para buscar explicar as razões que constroem a reforma do CSNU.

MARXISMO

³⁸ <http://www2.dbd.puc-rio.br>

³⁹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução as Relações Internacionais: temas atores e visões. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 153.

O marxismo, derivado do nome de Karl Marx, apesar do mesmo jamais considerar-se marxista, terá neste teórico, filósofo, economista e revolucionário, as bases de uma das teorias mais polêmicas, mais defendidas e mais atacadas, quer no mundo intelectual, quer no mundo político, tamanha sua capacidade de provocar a reação daqueles que ousam ler suas letras, as quais atravessam décadas, alimentando o debate dos que seguem ou simpatizam com seu pensamento daqueles que de todas as formas buscam enterrá-la sem sucesso.

Karl Heinrich Marx “nasceu em 5 de maio de 1818 em Trier”⁴⁰, tendo cursado seus estudos universitários nas cidades de Bona e Berlim, encontrou em Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), mais exatamente no método dialético desenvolvido por ele, as respostas aos seus questionamentos:

Na filosofia de Hegel, o mundo apresenta-se como um todo uno em constante desenvolvimento, do inferior para o superior. Para Hegel, o desenvolvimento faz-se ultrapassando as contradições internas, pela luta entre elas, que leva à passagem a um novo grau ou, então, à abolição das velhas contradições e ao aparecimento de outras novas, próprias da nova qualidade. O processo de desenvolvimento apresenta-se como a unidade da continuidade e da descontinuidade, das modificações quantitativas graduais e de soluções de continuidade, dos saltos que significam a passagem a uma nova qualidade⁴¹.

Esta importantíssima contribuição de Hegel para o pensamento filosófico tanto para o de hoje quanto para o período em que Marx viveu, principalmente por representar uma ruptura com o velho pensamento feudal era, portanto, um pensamento moderno e avançado se pensarmos em termo de século XIX. No entanto, mesmo tendo sofrido forte influência de Hegel e considerando-se um discípulo dele, justamente por sua importância na construção do seu pensamento, Marx questionara a concepção de mundo de Hegel, pois para Hegel, escrevia Engels – “a Ideia absoluta... ‘aliena-se’ na natureza, quer dizer, transforma-se nela e, mais tarde, volta a si própria no espírito, ou seja, no pensar e na história”. Neste ponto insere-se a contribuição de Marx, a partir de Hegel, qual seja a de transformar a dialética idealista de Hegel em dialética materialista, ou seja, não era mais as ideias que criavam o mundo, e sim as

⁴⁰ COLETIVO DE AUTORES. Karl Marx Biografia. Edições Progresso – Editorial Avante, Moscovo – Lisboa, 1983. p. 17.

⁴¹ COLETIVO DE AUTORES. Karl Marx Biografia. Edições Progresso – Editorial Avante, Moscovo – Lisboa, 1983. p. 26.

ideias passavam a ser reflexo da matéria. Portanto, como afirmava Engels, o surgimento do materialismo dialético porá em lados opostos duas concepções: uma idealista e a outra materialista que se enfrentarão para explicar como o mundo funciona.

Nesta primeira parte é importante destacar que Marx era um produto de sua época, sendo, assim, influenciado pelos movimentos e pensamentos de sua época. Por isso, cabe destacar o que Lênin chamou de “Três fontes e três partes constitutivas do marxismo”: o socialismo francês, a economia clássica inglesa e a filosofia alemã, como pedras angulares da teoria marxista. Também não possível deixar de mencionar que, na teoria marxista, “as categorias da essência e da aparência desempenham um importante papel no processo cognitivo, já que toda investigação científica está vinculada, antes de tudo, ao descobrimento da essência e da aparência”⁴² Destaco este ponto, pois, independente do que se possa pensar a respeito do marxismo ou o que foi gerado em nome de um pseudomarxismo, simplesmente não é possível jogar na lata do lixo a contribuição de Marx às Ciências Sociais pelo simples fato de interpretá-lo deslocado de seu tempo, ou melhor, não entender o que é essencial em Marx e, mesmo assim, buscar explicar o mundo a partir de sua teoria, neste caso, ou se agirá de forma dogmático-fanática ou por má fé, o que não é raro em relação ao marxismo. Com isso quero apenas destacar que os pressupostos apresentados por Marx continuam válidos para entender a realidade social, com a ressalva de que a teoria precisa ser atualizada para nossa época, levando em consideração a realidade concreta de nossa época; o contrário é a negação do próprio marxismo.

Marxismo e as Relações Internacionais

O marxismo nunca elaborou uma teoria das relações internacionais, este é um ponto de concordância, pelo visto, pelos diversos autores que tratam da temática. Aliás, as Relações Internacionais não existiam como disciplina quando Marx elaborou sua teoria. No entanto, este viés está contido na elaboração teórica e política de Marx desde a elaboração do Manifesto do Partido Comunista, feito a quatro mãos com Friedrich Engels. Nessa importante obra, destaca o surgimento da classe burguesa diante da ruína do sistema feudal, situação que atribui para diversas circunstâncias, como “... a descoberta da América, a circunavegação da África, que ofereceu, à burguesia em assenso, um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca

⁴² ROSENTAL, M. M; STRAKS, G. M. Categorias del Materialismo Dialectico. México, D .F, Editorial Grijalbo, S. A. , 1958. p. 70.

e, em geral, das mercadorias imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição⁴³.” Portanto, Marx observará que o capitalismo gera por sua própria essência um acelerado processo de trocas que, pela dinâmica do próprio sistema, extrapola os limites das fronteiras de forma a incrementar a indústria e o comércio, necessidade esta que significará a sobrevivência do capitalismo enquanto sistema. Dessa maneira, em nome desta sobrevivência, ele é obrigado a expandir-se pelo mundo, para além de suas fronteiras, levando consigo o seu modo de vida.

Como dito, o marxismo não tem uma elaboração estruturada das relações internacionais, pelo menos não em relação a Marx e Engels, mas, se pensarmos em termos de visão liberal e realista, sem dúvida o marxismo, desde sua origem, terá por gênese uma posição oposta a essas duas vertentes. Elas não existiam como teoria das relações internacionais no século XIX, mas seu formato era praticado pela burguesia que se consolidava como classe social, pois ali estavam presentes o livre comércio dos liberais e o poder do Estado expansionista dos realistas.

Outras abordagens das Relações Internacionais pelo Marxismo

O marxismo no século XX obtém amplo espaço para por em prática sua teoria, principalmente a partir da Revolução Russa de 1917. Por ter sido um dos principais seguidores da teoria de Marx e, por ter sido o líder da Revolução Bolchevique, tratarei brevemente das formulações apresentadas por Lênin, as quais contribuem para o debate das Relações Internacionais. Poderia citar outras importantes contribuições de outros autores marxistas, como Rosa de Luxemburgo e Gramsci, no entanto, por uma questão de organização e limitação, restringir-me-ei a Lênin, pelo papel de destaque que teve para a evolução da teoria marxista.

Lênin, em sua obra “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo” descreve que o sistema capitalista chegou a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os grandes monopólios, que partilham o mundo entre ele; neste sentido Lênin traça os aspectos fundamentais do imperialismo ou do capitalismo monopolista:

⁴³ Manifesto Comunista

1. “a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância especialmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
5. o termo da partilha do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.”⁴⁴

É nítida a importância dada pelo autor ao comportamento dos Estados capitalistas e o quanto tal comportamento leva inevitavelmente ao empobrecimento da classe trabalhadora e à ameaça da guerra. Assim, extrapola em relação a Marx a esfera mais interna, não que Marx não partilhasse ou visualizasse essa preocupação, porém, quando Lênin escreveu esta obra em 1916, o mundo vivia o primeiro confronto mundial, ou seja, uma experiência concreta do que poderia ser o resultado do livre mercado e da disputa entre Estados.

A formulação acerca do imperialismo não é original em Lênin, mas isso não invalida sua contribuição ao tema, ao contrário, contribui para o debate, pois afinal os marxistas sempre se opuseram à guerra e denunciaram-na como algo inerente à natureza do sistema. Quanto às proposições de Lênin, podemos afirmar a atualidade de alguns pontos e a necessidade de atualização de outros, porém isso é outro debate e não cabe aqui fazer elucubrações em relação ao tema, principalmente pela complexidade dele nos dias atuais.

Outro importante autor vinculado ao chamado neomarxismo é Immanuel Wallerstein, que propõe a “... análise pela abordagem dos sistemas mundiais e o exame das interações entre os processos econômicos e políticos na formação do mundo contemporâneo.”⁴⁵ Busca compreender o mundo de forma ampla e nos seus diversos aspectos, sendo assim, tem como característica a busca da evolução histórica do capitalismo como forma de compreender sua dinâmica e força, pois, para Wallerstein, o capitalismo é o sistema do mundo. Portanto, todos os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorrem dentro e sobre a influência deste

⁴⁴ LÊNIN, V. I. , O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas, V. I. , Editora Alfa- Ômega, São Paulo, 1983, p. 641.

⁴⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução as Relações Internacionais: temas, atores e visões. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 167.

sistema do qual nem os Estados socialistas escapam. É um autor que valoriza compreender as estruturas do sistema.

Condiderações Finais acerca do Marxismo

Independente de concordarmos ou não com o marxismo, é inegável a contribuição deste nas mais diversas áreas do conhecimento humano e, com certeza, contribui e tem muito para contribuir ao debate das Relações Internacionais, apesar de todo o preconceito e estigmatização sofrida pela teoria no pós Guerra-Fria. Quanto à apresentação da teoria, com certeza foi bastante breve diante da quantidade de autores que trataram e tratam a temática das Relações Internacionais do ponto de vista da teoria marxista, mas, como dito anteriormente, por uma questão de delimitação, considere os autores citados, como forma de tornar a compreensão da teoria clara, sem complicações.

Pressupostos básicos do Realismo, Liberalismo e Marxismo.

O quadro que segue abaixo, elaborado pela professora Pecequilo⁴⁶, é uma síntese geral das três teorias e busca traçar as principais difereças entre cada uma delas.

Quadro II

Pressupostos Básicos	Realismo	Liberalismo	Marxismo
Natureza humana	Má; perversa; incontrolável e ambiciosa; homens sempre buscam a realização de seus interesses individuais	Homens são naturalmente bons; cooperativos e pacíficos, apesar das aparências negativas; com bons incentivos eles se revelam como realmente são.	Naturalmente boa; impossibilidade de realização plena devido à opressão; revolução levará à realização dos potenciais e direitos reais.
Caracterisiticas Sistema Internacional	Formado por Estados Soberanos que interagem sem	Anarquia na origem; cooperação latente; desordem pode ser controlada por meio	Formado por Estados e povoado por atores não estatais determinados

⁴⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução as Relações Internacionais: temas, atores e visões. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

	controle ou lei superior; Estado de natureza/anarquia; possibilidade latente de guerra.	das leis e dos mecanismos corretos; guerra não é necessário ou inevitável. Atores não perseguem somente o poder; pode funcionar como sociedade doméstica privilegiando a liberdade, igualdade e individualidade por meio do estabelecimento de leis e canais cooperativos.	economicamente; internacionalização da dominação burguesa pela expansão; desaparecimento da burguesia leva à internacionalização da revolução proletária.
Atores SI	Estados são os únicos reconhecidos; demais atores que eventualmente estão agindo não importam.	Estados ainda são os principais, mas são acompanhados pela crescente importância dos demais atores e suas motivações; organizações internacionais e forças transnacionais.	Classes sociais; burguesia e proletariado; Estados e atores não estatais que são expressões desta determinação estrutural
Ordem SI	Equilíbrio de poder	Nasce da cooperação organizada por meio da lei e da relação pacífica e controlada de todos os atores internacionais; aumento da cooperação levará à sociedade/governança global.	Construída e reproduzida segundo os interesses de classe; determinada estruturalmente; transformação pela revolução e o surgimento de uma nova realidade.
Conceitos centrais	Anarquia; poder e interesse nacional; estado; equilíbrio de poder.	Cooperação; OIGs, regimes, forças transnacionais, interdependência e transnacionalização.	Determinação socioeconômica; determinação histórica; luta de classes; revolução.

DIMENSÃO ANALÍTICA

A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

A ideia ao iniciar esta parte do trabalho é tratar de forma breve alguns aspectos históricos e conjunturais de determinadas fases do cenário mundial relacionado à ONU de forma a situar e buscar explicitar as razões que dificultam a reforma do CSNU. Ao mesmo tempo, apresentar os debates mais recentes acerca do tema, buscando expor os empecilhos existentes desde os primórdios da organização, os quais sobrevivem ao tempo, e as atuais dificuldades para que o processo de reforma avance. Além disso, e, por último, expor algumas propostas apresentadas pelos diversos grupos que compõem este debate de forma organizada e, ao mesmo tempo, buscar apresentar algo de original no sentido de deixar alguma proposição que contribua para tão importante debate.

A ONU no tempo

A ONU não foi a primeira tentativa de criar um organismo capaz de garantir a paz, anterior a este acontecimento, a Liga das Nações buscou cumprir tal tarefa, que foi interrompida com a eclosão da II Guerra Mundial. O nome Nações Unidas foi concebido pelo então presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 1º de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam lutando contra as potências do Eixo⁴⁷.

Fundada em 1945, surge como um produto do pós-guerra com a importante missão de garantir desenvolvimento econômico, social, respeito aos direitos humanos, mas, principalmente, a segurança internacional, pois o mundo tinha vivido os horrores da guerra e a perda de 50 milhões de vidas. Portanto, sua razão não era apenas nobre como necessária para evitar a repetição de tais eventos. Nestes 69 anos de existência, sofreu poucas mudanças, principalmente, no que é o foco deste trabalho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, o qual sem exageros pode ser classificado como o principal órgão da ONU, pelo peso que tem garantido pelo próprio estatuto da organização. Além disso, é composto pelas nações vitoriosas da II Guerra Mundial. Neste aspecto reside a principal crítica à ONU, pois sua instância de maior peso mantém praticamente a mesma configuração há 69 anos com uma relativa mudança, em 1963, quando criou mais quatro novos assentos não permanentes,

⁴⁷ www.onu.org.br

votação que demonstrou a resistência, por parte dos membros permanentes, a mudanças no CSNU; de tal forma que França e União Soviética votaram contra, e Estados Unidos e Reino Unido abstiveram-se, mesmo assim, devido à pressão do bloco afro-asiático os cinco membros ratificaram o documento. “Em 1979, na 34ª Assembleia Geral, houve uma discussão sem desdobramentos a respeito do aumento do número de assentos no Conselho”.⁴⁸ Em 1993, a Assembleia Geral estabeleceu um grupo de trabalho para discutir a reforma do CSNU. “Em 1997, o embaixador da Malásia apresentou uma proposta conhecida como Plano Razali. Ela previa a criação de cinco novos assentos permanentes a serem distribuídas entre dois países desenvolvidos e outros três de acordo com critérios regionais nos quais seriam contemplados a África, a América Latina e a Ásia. Esse plano previa também a criação de três assentos não permanentes e um quarto destinado a um Estado do Leste Europeu”.⁴⁹ Em 2003, o Secretário Geral convoca “Painel de Alto Nível Sobre Ameaças, Desafios e Mudanças”, compostos de 16 personalidades eminentes. Em 2004, o Relatório do Painel de Alto Nível apresenta duas propostas de reforma do CSNU: o modelo A propõe seis novos assentos permanentes sem direito a vetos e 3 novos não permanentes; o modelo B prevê oito assentos em nova categoria de membros (com mandato de quatro anos renováveis) e mais um membro na atual categoria não permanente. Essas são apenas algumas das etapas passadas ao longo do tempo na tentativa de ampliar a participação de outras nações no CSNU. Recentemente o G-4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia), em Carta de 18 de outubro de 2013, dirigida ao Secretário Geral, solicitou o apoio dele para que os acordos existentes traduzissem em resultados concretos para o ano de 2015, quando as Nações Unidas completarão 70 anos.

Portanto, fica evidente a dificuldade em tratar o tema, mesmo estando previsto na Carta, o seu desenrolar exige um esforço muito grande de um debate que remonta aos primeiros anos de existência, o qual toma corpo no final da década de oitenta com as mudanças ocorridas no cenário mundial a partir da Queda do Muro de Berlin e a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), gerando novas demandas que não sintonizava com um CSNU, descontextualizado das mudanças ocorridas no mundo.

O fim da bipolaridade traz força ao debate da reforma do CSNU

⁴⁸ Eugenio Pereira, Alexandro. Doutor em Ciência Política pela USP e Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR (PPGCP/UFPR).

⁴⁹ Seminário “Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais: A necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Praia do Forte, BA, 2013.

O mundo viveu o clima da Guerra Fria a partir do fim da II Guerra Mundial, quando duas potências passaram a rivalizar política e ideologicamente (bipolarismo) até 1989- 1991, momento em que chamado bloco socialista, liderado pela então União Soviética, foi à bancarrota. Incapaz de enfrentar o processo de corrida armamentista desencadeado pelos Estados Unidos, a União Soviética viu sua capacidade de fazer frente enfraquecida; por consequência, isso significou a retirada de apoio aos chamados países do Terceiro Mundo, alterando substancialmente a correlação de forças a favor do capitalismo.

Neste processo de rápida mudança, o “discurso livre-cambista cresce, as guerras comerciais, as políticas protecionistas, o *dumping*, os subsídios governamentais, as exportações, entre outros mecanismos, atingem níveis inéditos”.⁵⁰ Sendo assim, podemos perceber o **realismo**, teoria caracterizada pelo confronto, encontrou, na década de 1980, seu ápice no enfrentamento capitalismo e socialismo. A corrida armamentista foi o símbolo deste período, do qual a URSS não sairia com vida, consequência que atingiria indiretamente todos os cantos do planeta, principalmente, os países do chamado “Terceiro Mundo que possuíam processos revolucionários apoiados por Moscou”⁵¹. Portanto, o mundo viu a transição de um modelo de relações internacionais, caracterizado pelo confronto, para outro, baseado no livre comércio, mas que, em essência, mantinha os mesmos pressupostos de controle dos recursos e dos mercados do mundo. Isso de tal maneira que se observou no período um forte processo de expansão das principais economias mundiais, apoiadas em um forte discurso liberalizante de “interdependência mundial, baseada na economia e na tecnologia, e da ‘democracia como valor universal’”.⁵² Ou seja, neste processo de transição não foi apenas o socialismo que ruiu como paradigma, mas também o realismo, o qual perdera espaço para o neoliberalismo, sendo este a força ideológica incontestável da década de 1990, ganhando um forte impulso com a derrota do socialismo.

As mudanças, ocorridas no final da década de 1980 e início da década de 1990, trouxeram forte instabilidade, mesmo sendo propalado por certos setores o triunfo do capitalismo, o certo é que o mundo estava em crise, gerando, como consequência, a expansão dos países mais poderosos sobre os países do Terceiro Mundo e do velho bloco soviético. Tal situação, ao contrário de significar maior estabilidade, trouxe fortes incertezas, principalmente

⁵⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

⁵¹ VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

⁵² VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

para o proletariado que viu seus direitos serem perdidos. Então, a derrota do campo socialista significou o enfraquecimento da capacidade de luta e mobilização destes setores.

É interessante observar como as coisas estão ligadas neste período histórico, pois o mundo viveu até ali uma realidade de confronto permanente, com a ameaça da guerra nuclear, a qual fazia parte do vocabulário daquela geração. Tinha o Socialismo como contraponto ao capitalismo e, no campo teórico das Relações Internacionais, a disputa dava-se entre o Realismo e o Marxismo, porém ambos foram incapazes de compreender o processo daquele período; o Marxismo por estar preso ao dogmatismo e a aspectos de caráter ideológico internos da URSS e do próprio movimento comunista, que atrofiou qualquer possibilidade de atualizar a teoria e, assim sendo, de compreender a realidade concreta; por outro, o Realismo, com sua concepção de confronto, foi também incapaz de perceber que já não havia, na URSS, um inimigo a ser confrontado. Situação que permitiu que o Liberalismo, com o seu pseudodiscurso de paz, integração e democracia ganhasse espaço e dominasse ideologicamente toda a década de 1990. O Liberalismo, mais exatamente o Neoliberalismo, não surgiu em um passe de mágica, pois ele vinha se gestando e se fortalecendo como alternativa, que apresentava ao mundo uma nova fase de paz e prosperidade, situação jamais concretizada na prática.

É neste quadro de transição e instabilidade que o tema da reforma do CSNU toma corpo com o fim do bipolarismo, fator este responsável, segundo alguns autores, pela paralisia do conselho, principalmente quando do envolvimento de um dos membros permanentes, mas principalmente pela disputa existente no seio do Conselho entre Estados Unidos e União Soviética. Com o fim desta condição, não fazia mais sentido manter as mesmas estruturas, as quais eram heranças do pós-guerra. O papel do CSNU passa a ser posto em dúvida tanto em sua capacidade de lidar com as novas demandas, advindas do fim da Guerra Fria, como de sua legitimidade, afinal o número de membros da ONU havia se ampliado; entretanto, o Conselho não acompanhou este processo, mantendo uma composição desproporcional à nova realidade.

As Propostas de Reforma do Conselho de Segurança

O debate da reforma, como citado acima, é algo que vem desde os primórdios da organização e que se intensificou com o final da Guerra Fria, mas “a segunda Guerra do Golfo (2003), decidida à margem do Conselho de Segurança, parece ter reavivado, na comunidade internacional, o temor de que o paulatino enfraquecimento da autoridade do Conselho pudesse conduzir a um unilateralismo exacerbado. A ideia de atualizar o Conselho de Segurança

recebeu, a partir de então, um impulso político sem precedentes”.⁵³ O resultado destes acontecimentos é a convocação do “Painel de Alto Nível Sobre Ameaças, Desafios e Mudanças”, dele sairá duas propostas: o modelo A propõe seis novos assentos permanentes sem direito a veto e três novos não-permanentes; e o modelo B prevê oito assentos em nova categoria de membros (com mandatos de quatro anos renováveis) e mais um membro na atual categoria não-permanente. A partir desta proposição, os diversos grupos formataram propostas nas quais estão embutidos os mais diversos interesses, sendo, portanto, uma situação de difícil consenso. Entre os diversos grupos destacaremos sucintamente os principais pontos de cada um deles, quais são eles:

- G4
- UfC
- União Africana
- S5 (Small Five)
- L. 69.
- ACT
- C- 10
- CARICOM

O G4, formado em 2004 e composto por Brasil, Alemanha, Japão e Índia, tem como proposta a ampliação do CSNU para 25 membros, sendo mais seis permanentes e mais quatro não permanentes. Dos assentos permanentes, defende dois para Ásia, dois para África, um para a Europa Ocidental e um para América Latina; em relação aos não permanentes defende quatro assentos divididos entre África, Ásia, Europa Oriental e América Latina. O grupo ainda defende a proposta do direito de veto dos novos membros permanentes, no entanto aceita abrir mão desta prerrogativa pelo período de 15 anos como forma de fazer avançar a reforma.

O UfC (Uniting for Consensus), grupo surgido na década 90 por países, como Itália e Espanha, tem como proposta a ampliação do CSNU para 25 membros, ou seja, mais dez assentos novos, porém todos não permanentes e com mandato de dois anos. Estes assentos seriam distribuídos, ficando a África com seis, a Ásia com cinco, a América Latina e Caribe

⁵³ A ONU aos 60 - Artigo do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Governo Lula, publicado na "Revista Política Externa", vol. 14

com quatro, a Europa Ocidental com três e Europa Oriental com dois. Além disso, não cogita o direito de veto e está aberto a uma proposta intermediária de não permanentes sujeitos à reeleição.

A **União Africana** baseia sua posição no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte, ratificada pelos chefes de Estado, em 2005, e tem como proposta seis novos assentos permanentes e cinco não permanentes. Em relação à distribuição dos assentos permanentes, possuem posição semelhante ao G4, ou seja, Ásia e África com dois assentos cada um e Europa Ocidental e América Latina um assento cada um, já os assentos não permanente a África ficaria com dois e a Ásia, a Europa Oriental e a América Latina com um cada. No que tange ao direito de veto, não abre mão desta prerrogativa e tão pouco apresenta a possibilidade de um período de carência para fazer vigorar o veto.

O **S5 (Small Five)**, composto por Costa Rica, Cingapura, Suíça, Jordânia e Liechtenstein, tinha por objetivo influenciar pequenos Estados e aqueles que consideravam necessário repensar os métodos do CSNU. Com isso, visavam ter maior espaço dentro do Conselho e melhor critério de seleção dos membros não permanentes dos Estados menores. Com relação “as categorias de membros Cingapura, Liechtenstein, Jordânia e, talvez, Suíça tendiam a apoiar o G4, enquanto Costa Rica apoiava a proposta do UfC”⁵⁴.

O **L. 69** é um grupo composto por países da África, América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico, conta com 40 países membros e defende uma reforma profunda no conselho. Entretanto, por sua diversidade, não possui uma posição comum, afinal nele participam países inseridos em outros grupos; apesar desta característica, tem uma maior tendência a apoiar novos assentos permanentes e conta com uma forte capacidade de mobilização.

O **CARICOM** (Comunidade do Caribe), bloco econômico criado em 1973, formado por 14 países e seis territórios do Caribe, tem proximidade em termos de proposta com o L. 69 e o grupo africano de ampliação dos membros em ambas as categorias.

O **C10**, composto por 10 membros, surge da Cúpula Extraordinária da União Africana, em Adis Abeba, em oposição aos acordos realizados pelo G4 e a União Africana, no qual o G4 aceitaria mais um membro não permanente e a UA flexibilizaria sua posição em relação ao veto. Defende a posição original da UA de dois membros em ambas as categorias como forma de reparar a África e constituir um CSNU em sintonia com a atual realidade.

O **ACT (Accountability, Coherence and Transparency)**, “surgido em 2013, composto por Suíça, Arábia Saudita, Áustria, Chile, Costa Rica, Eslovênia, Estônia,

⁵⁴ Seminário “Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacionais: A necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Praia do Forte, BA, 2013

Finlândia, Gabão, Hungria, Irlanda, Jordânia, Liechtenstein, Nova Zelândia, Noruega, Papua Nova Guiné, Peru, Portugal, Suécia, Tanzânia - como observador – e Uruguai, unidos pelo propósito de reformar os métodos de trabalho do CSNU, dará seguimento aos esforços do Small- 5, que defendia o aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão.”

O único aspecto unificador destes grupos seja a ideia de que o atual CSNU não representa a realidade de hoje, pois no restante não foi possível criar o consenso sobre como atualizar esta composição. A posição dos diversos grupos dificulta qualquer avanço nesse sentido, pois interesses individuais, rivalidades regionais, a manutenção do Conselho nos atuais moldes, as disputas entre Estados em nível global dão a tônica dos obstáculos que compõem este debate. Ao verificar a posição de cada membro, percebi tendências a um forte realismo, prevalecendo de fato o interesse soberano, não por uma simples busca de poder, mas pelo receio do fortalecimento de outros atores, o que poderia desequilibrar a balança de poderes em nível mundial e regional, afinal, “... há os que identificam na reforma a possibilidade de maior projeção do país na comunidade internacional (em geral, os candidatos a membros permanentes) com ganhos indiretos tanto políticos quanto econômicos”;⁵⁵ portanto, não são poucas as dificuldades encontradas para chegar a uma condição mais avançada, pois qualquer mudança significara a realocação das peças do tabuleiro internacional, com países perdendo poder, como os atuais membros permanentes do Conselho, com a diluição das decisões, já que outros passariam a ter maior influência no cenário mundial, e outros sofreriam um enfraquecimento regional devido a rivalidades. Dessa forma, não é tarefa simples equacionar tantas variáveis traduzidas em tantos interesses distintos.

O G4 conta com amplo apoio de países a sua candidatura, apesar de o apoio não ser unânime; por exemplo, a China tem sérias restrições ao Japão em decorrência de pendências da II Guerra Mundial, apesar de a China manifestar interesse em reconsiderar sua posição caso o Japão fizesse um pedido de perdão público pelos crimes de guerra cometidos; pedido que o Japão recusa. Além disso, existe a posição estratégica do Japão na Ásia favorável aos Estados Unidos, sendo um problema não somente histórico mas também de equilíbrio entre China e Estados Unidos nesta região. Os outros membros, apesar de ampla simpatia a suas candidaturas, sofrem uma forte resistência regional, a qual pode significar desequilíbrios regionais, portanto, fator que pesa na balança e dificulta o processo de reforma. Por fim, deixo o registro da forte oposição do UfC ao G4, algo fácil de entender, pois ele agrega as oposições

⁵⁵ TARRAGÔ, Piragibe. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010. p. 35.

regionais aos membros do G4 e, por isso será contrário a qualquer proposta de ampliação do número de assentos permanentes.

A União Africana tem forte semelhança com as propostas do G4, principalmente no quesito assentos permanentes, no entanto sofre resistência por parte de seus membros na possibilidade de flexibilizar sua posição em acordo com o G4. Esta possibilidade sofreu resistência contrária de membros do grupo que levou a criação do Comitê dos chefes de Estado – C10. Também sofre, segundo o embaixador Piragibe Tarragô, com as questões regionais, pois partes dos membros defendem a participação dos integrantes no futuro Conselho e outros, como dito, por disputas regionais tendem a ter uma proximidade do UfC como forma de vetar determinadas forças regionais.

O UfC mantém uma clara oposição a qualquer ampliação do número de membros permanentes. Seu viés, centrado nas rivalidades regionais, faz com que encontre simpatias fora do grupo. Além disso, seu posicionamento tende a manter a atual realidade do CSNU, dominado por cinco privilegiadas nações com poder de veto; assim, sua ação é muito mais de caráter regional que propriamente de âmbito global.

O Small 5 e atualmente o ACT (Accountability, Coherence and Transparency) tem seu foco no método de trabalho do CSNU, o qual considera responsável falta de uma maior efetividade das decisões da ONU. Busca apoio nos países pequenos de forma a garantir maior participação destes e critérios mais juntos na escolha dos assentos não permanentes. O poder de veto é um ponto que deve ser revisto, o que gera forte oposição dos membros do atual Conselho que não admitem qualquer mudança neste sentido.

Os próprios membros do Conselho encontram-se divididos quanto ao acesso e os critérios de mudanças das categorias, enquanto uns apresentam uma posição mais flexível, caso da França e do Reino Unido. Estados Unidos e Rússia tentam impor certos limites, principalmente no que tange à proposta que mexe com o poder de veto. Já, a China tende a apoiar um representante dos países em desenvolvimento com preferência pela África. O certo que há temor por parte dos membros do conselho quanto à reforma, pois argumenta que um “número reduzido traz agilidade às decisões, a ampliação poderia prejudicar sua atuação justamente no momento em que passava a ser mais operativo”.⁵⁶ Ou seja, num claro discurso realista, o próprio Conselho teme uma reforma mais ampla, pois sabe que isso significa partilhar poder e responsabilidades, mas, além disso, significa ampliar o debate, portanto, construir o consenso, algo não tão simples de acontecer.

⁵⁶ VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010. p. 91.

A unidade interna de cada grupo é bastante flexível, permitindo o flerte com diferentes posicionamentos, o que também demonstra a dificuldade em constituir propostas unificadas ou que se mantenham firmes diante do jogo político. Fica claro que a dificuldade em ceder a determinadas propostas tem forte relação com a concepção realista estabelecida entre as nações; ao mesmo tempo, por mais que se fale em integração, cooperação e governança global o que impera é a mais absoluta desconfiança. Isto ocorre desde o posicionamento dos cinco grandes (Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia), pois qualquer mexida é obvio que alterará a correlação de força dentro do CSNU, além, é claro, da repercussão além Conselho que tal mudança geraria. Tal desconfiança ressoa também nas disputas regionais, pois como fica determinada nação naquele cenário específico? Qual seria o reflexo disso? Talvez, podemos imaginar, a título de exemplo, o que ocorreria na América Latina, tendo como representante permanente e com poder de veto o Brasil. Como isso repercutiria no continente ou como ficaria a posição, por exemplo, da Argentina, um país chave no continente e que rivaliza diretamente com Brasil? No cenário mundial, o Brasil adquiriria maior peso e, com isso, qual seria a garantia da Argentina e de todo um continente quanto à postura do Brasil? Isso gera uma situação de desconfiança, afinal, gostemos ou não, Brasil e Argentina sempre competiram. Ainda precisamos considerar a relação com outros vizinhos, tornando ainda mais desproporcional o peso político do Brasil no continente. Não podemos esquecer o que significaria ser membro do CSNU e os frutos desta situação, portanto é lógica e óbvia a tendência à resistência, pois imaginemos se, ao invés de o Brasil ser o candidato, fosse a Argentina. Qual seria o posicionamento dela nesta suposição? A mesma situação, guardadas características regionais, ocorre na Europa e na África, como também ocorre por parte de membros permanentes quanto aos seus interesses regionais geopolíticos. “No presente ordenamento mundial, obter a condição de membro permanente do Conselho tem, a despeito de qualquer crítica, incomensurável valor político e diplomático”.⁵⁷ É por isso que, por mais que se criem propostas, sejam elas diretas ou intermediárias, o peso desta mudança torna a busca por um consenso, ou mesmo por uma mudança pelo voto, algo extremamente complicado, pois o consenso parece algo impossível, e a escolha pelo voto pode ter consequências imprevisíveis. Dessa forma, percebe-se que, além da resistência, o receio dos resultados é outro fator que parece estar presente na ponderação dos que conduzem este debate na ONU, ou mesmo servindo de argumento para que o diálogo não avance.

⁵⁷ SARDENBERG, Ronaldo Mota. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010. p. 48.

O Realismo e o Liberalismo no debate da sobre o CSNU

A derrota do campo socialista permitiu, de algum modo, que o debate da reforma da ONU e, aqui especificamente, o do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tomasse força ao final da década de 1980 e início da década de 1990, pois, enquanto prevaleceu à disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, esta possibilidade ficou congelada. Contudo, algo prático ficou demonstrado: não foi somente a disputa ideológica entre ambos os campos que inviabilizou qualquer tipo de avanço, havia e há outros condicionantes para dificultar as mudanças exigidas na contemporaneidade. Assim, culpar a URSS e o socialismo - claro que, em um determinado momento, contribuíram como freios a qualquer reforma - como únicos fatores responsáveis pelo atraso na reforma já não serve de argumento, pois se passaram 25 anos desde a Queda do Muro de Berlim e tal resolução não parece estar próxima.

Na ausência de um campo socialista para responsabilizar, por obstaculizar o processo de reforma, quais outros fatores podem ser responsáveis por isso ocorrer, por quais razões se discute há mais de 15 anos sem obter resultados ou a perspectiva que ela ocorra no curto prazo? Sim, podíamos responsabilizar a luta ideológica (socialismo x capitalismo), podemos também responsabilizar a própria constituição da ONU do pós- guerra e ter a certeza de que estes fatores influenciaram e influenciam o perfil da organização. A Carta é mais um elemento que soma para criar dificuldades. A quantidade de grupos e propostas, as disputas geopolíticas, a própria boa vontade do CSNU, todas essas variáveis são obstáculos à reforma. No entanto, destaco o perfil ideológico ou as concepções de relações internacionais que têm sido, desde a fundação da organização, as fontes centrais que impedem mudanças substanciais em toda a estrutura da ONU e, em particular, do CSNU, pelo caráter eminentemente político deste organismo, pois “o Conselho de Segurança está longe de ser o órgão mais representativo das Nações Unidas; é, contudo, o mais poderoso.”⁵⁸ .

É a manutenção do poder a essência de todos os obstáculos independente de determinada concepção ser realista ou liberal, pois, em última instância, é a manutenção deste poder o prisma pelo qual se guiam as nações, pelo menos em sua maioria. Claro que a forma ou o formato desta manutenção terá ou um viés realista, assim, mais conflitivo, ou um viés liberal, com a busca da “cooperação” como prática de RI. Como dito anteriormente, Realismo e o Liberalismo são face da mesma moeda, ou seja, podem ter aparências distintas, mas o

⁵⁸SARDENBERG, Ronaldo Mota. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG,2010. p. 49.

conteúdo é o mesmo, ambos defendem o capitalismo como sistema e modelo econômico. E o que distinguirá um do outro será o momento político em termos de prevalência teórica, no entanto, ambas as concepções vivem uma na outra, pois o Realismo defende o Liberalismo como modo de vida e busca impor, para outras nações, como o reino da liberdade, enquanto o liberalismo não abre mão do Estado, quando este serve para defender seus interesses. Assim é que:

“Adam Smith havia encorajado dois tipos de ‘interferência’ governamental no comércio livre que lhe pareciam razoáveis: 1) um país podia legislar regulamentações especiais relativas à marinha mercante nacional e estrangeira **em nome da sua segurança nacional (grifo meu)** e garantindo uma capacidade naval adequada em tempo de guerra; 2) caso um produto nacional fosse taxado, então produtos similares oriundos do estrangeiro deveriam ser taxados de forma tão ou mais pesada.”

Destaco com maior relevância o Liberalismo por ser ele hoje conhecido como Neoliberalismo, a concepção que ganhou expressão de quase verdade absoluta durante a década de noventa com o fim da Guerra Fria e que possui toda uma retórica para justificar seus objetivos hegemônistas e, mesmo com a crise econômica de 2008, mantém-se como uma força ideológica muito forte, ao ponto de, mesmo tendo sofrido abalo em suas estruturas, ser uma força que não pode ser subestimada, pois tem uma capacidade impressionante em termos de força política, cultural e, sem dúvida, militar. Quanto ao aspecto militar, esconde-se sobre a fachada da luta pela democracia dos direitos humanos, pois é a forma do Liberalismo disfarçar sua busca por poder, por controle, por mercados que sirvam aos seus interesses, ou seja, é meio pelo qual oculta seu realismo.

Vemos nos debates o viés destas duas concepções entrelaçadas nas propostas apresentadas pelos diversos grupos, sendo assim, independente da vontade de um grupo ou outro ou, mesmo de uma nação, estes acabam sendo pautadas ou sofrendo as consequências destas concepções; por exemplo, por qual razão existem resistências regionais que não seja pelo medo de perder espaço de influência para o rival, pois qual seria o resultado para a Europa ter uma Alemanha no Conselho, ou seja, a Alemanha por si só já representa a nação de maior expressão da Europa, pelo menos dentro da zona do euro; portanto, além da força econômica, mesmo com o capitalismo em crise, ganharia expressão política diante de países economicamente enfraquecidos e sofrendo com a crise sistêmica do capitalismo, como Itália e

Espanha, que lhe fazem oposição. Outro exemplo já citado, o Brasil, 7ª maior economia do planeta dentro de um quadro latino americano e do MERCOSUL, também terá e significará maior expressão política, que gerará resistência pela força econômica que ele tem no continente. Existem questões geopolíticas localizadas, como o caso da China e do Japão, que, ao mesmo tempo, é localizada, mas também extrapola o limite local, quando os Estados Unidos têm no Japão seu aliado para Ásia. Isto é, de um lado a China não abre por questões históricas e por questões de autodefesa, pois como ela abrirá espaço para um país no Conselho que além de ser um adversário local, ainda é aliado de uma nação que busca cercá-la e rivalizá-la cada vez mais tanto no aspecto econômico quanto no militar? A China busca militarizar-se cada vez mais, pois vê sua soberania ameaçada. A Rússia, herdeira do bloco soviético, fragmentada, derrotada e humilhada, busca se reerguer das cinzas do que foi o antigo império soviético, no entanto vê seu direito à autodeterminação ameaçado, com sanções econômicas em consequência do que ocorre na Ucrânia, pois suas ações representam ameaças a outros interesses nas regiões de sua influência ou que busca recuperar influência. Os membros permanentes do CSNU com poder de veto têm dificuldades na relação entre eles, sendo eles os responsáveis por salvaguardar a paz. O que imaginar de outras nações? A África, continente historicamente explorado e que serviu ao colonialismo europeu até as lutas de libertação do século XX, assolado por guerras, massacres reivindica assento no Conselho, conseguirá ter importantes apoios fora do continente, como a China. Mas por qual razão a China defende a candidatura da África? Qual o interesse geopolítico da China? Ao mesmo tempo, em que conta com apoio à sua candidatura, a África sofre também com as rivalidades internas, inclusive com países africanos, apoiando as ideias do UfC, ou seja, reforma sem assento permanente, portanto, sem expressão política.

As rivalidades mundiais também estão expressas neste debate, pois, como já dito anteriormente, qualquer mudança em termos mais profundos, com a ampliação do número de membros permanentes e, ainda mais, com poder de veto, altera substancialmente a correlação de forças. Calculo que deve ser bem avaliado, para evitar, além da perda de poder, um acirramento nas relações entre nações, portanto, é algo bastante ponderado, pois não interessa aos Estados Unidos um CSNU que conteste sua política militar expansionista, não interessa à França e à Inglaterra um CSNU que lhes jogue cada vez mais para um papel de coadjuvante ou à China e à Rússia que o Conselho se transforme em um apêndice da OTAN. Portanto, não é simples a equação, e cada nação avalia de acordo com seus interesses. Isso não significa afirmar que todas as nações jogam por um viés realista ou liberal, apenas trata-se de ponderar que o quadro de relações entre Estados se dá dentro dos marcos capitalista, ou seja, sendo o

capitalismo um sistema expansionista por essência. É lógico que ele gera atritos em parte pela necessidade de mercados e exportação de capitais e por outra de autodefesa, pois a guerra é algo intrínseco ao capitalismo, independente de ser Realismo ou Liberalismo, pois ambos vão à guerra na defesa de seus interesses na busca pela hegemonia e do espaço vital.

É neste quadro que se dá o debate da reforma do CSNU, por isso é um obstáculo de difícil transposição, pois a lógica que impera é a do realismo. Os Estados continuam vendo outros Estados como ameaças ao seu domínio ou aos seus espaços de influência. Por outro lado existem Estados que praticam a expansão militar como parte de sua política exterior, o que dificulta a crença na tão propalada paz com o fim do bipolarismo, afinal num mundo onde ocorre diversos conflitos militares e arsenais nucleares, realidade herdada da Guerra Fria, como confiar?! Mesmo o Liberalismo, com sua tese do fim da história (Fukuyama), da cooperação, da interdependência, do fim das fronteiras e de toda retórica pacifista, demonstrou que, assim como o Realismo, busca impor, pelo poder econômico, sua hegemonia, sem considerar os aspectos assimétricos no desenvolvimento individual de cada nação, pois o livre mercado tem sido um verdadeiro desastre para aquelas nações incapazes de competir com nações amplamente industrializadas. Portanto, não existe cooperação nesta relação, ao contrário, existe é subordinação; assim como não existe interdependência, e sim dependência, pois onde reside uma relação comercial - não cito uma relação de igualdade, mas de uma certa simetria; por exemplo, entre Estados Unidos e Serra Leoa ou entre China e Níger e, mesmo entre as maiores economias - existe uma forte disparidade em termos de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico que gera nações com uma produção com forte valor agregado diante de outras exportadoras de *commodities*. Este não é o tema, mas ilustra que nos termos como o Liberalismo se apresenta concretamente, para além de sua retórica, ele é um fator gerador de desigualdades regionais e mundiais, pois “há diferença de tempo histórico, alguns países estão na vanguarda do século XXI, e outras mal saíram da idade da pedra.”⁵⁹ Portanto, ambas concepções que hoje têm uma expressão teórica e prática. Se é Neorealismo ou Neoliberalismo, ambas têm como cerne o domínio, distinguindo-se uma da outra na forma de exercer este domínio, ou seja, uma pelo conflito e outra pelo econômico, sendo expressão de um sistema econômico que, por sua natureza, busca na expansão o instrumento de sua sobrevivência como sistema. Ainda é destacável o fato de o Realismo apresentar de forma aberta que a natureza das relações internacionais são conflituosas,

⁵⁹ SOARES, João Clemente Baena. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010.

enquanto o Liberalismo oculta, numa retórica pacifista, seu caráter belicista quando se trata de defender o livre mercado, disfarçado de defesa dos direitos humanos contra qualquer tipo de obstáculo que impeça sua expansão e sua busca incessante por lucro. Enfim, pelas características dominantes no cenário tanto teórico como prático, como já dito, gera um clima de permanente desconfiança que faz com que cada nação veja o mapa mundi como um grande tabuleiro, com vários jogadores e cada um com um determinado peso que dificulta qualquer perspectiva de reforma do Conselho. No entanto, isso não pode servir de fator para não debater o tema para torná-lo algo concreto, pois tem grande significado político e, principalmente envolve diretamente a vida de bilhões de seres humanos, uma vez que tem, como papel principal, além de outros, garantir a segurança internacional e evitar que eventos como os da II Guerra Mundial voltem a se repetir num cenário de ogivas nucleares. Como vimos, os obstáculos são variados, mas a necessidade de superá-los é fundamental para constituir um mundo com maior harmonia e respeito entre as nações e, por mais utópico que pareça, sem dúvida é uma necessidade urgente.

A paz e a busca de uma relação harmônica, guiada por uma ONU legitimada, torna necessário extrapolar o tema para além da ONU e para além dos costumeiros debatedores, no caso, os corpos diplomáticos dos membros das diversas nações que compõe a ONU. Nesse sentido, uma proposta bastante interessante, apresentada no seminário “Atuais Desafios à Paz e à Segurança Internacional: a Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.”⁶⁰, atividade proposta anteriormente pela chancelaria brasileira no âmbito do G4 em 2012, que consistia na necessidade de maior envolvimento da sociedade civil, da imprensa e das universidades. A pergunta é: por qual razão envolver estes setores? Primeiro pode ser destacado, como já mencionado, por ser um tema que atinge a vida de bilhões de pessoas; assim, não pode ser um debate restrito a especialistas. Segundo, com o envolvimento de todos, o debate ganha amplitude, assim como num passado recente o tema do meio ambiente ganhou. Por fim, pode se constituir um fator de pressão sobre os governos quando pressionados por estes setores. Outra proposta seria **o envolvimento dos partidos políticos**, afinal, têm alta mobilidade entre os mais diversos grupos sociais, além de muitos deles contarem com representantes nas mais diversas instâncias legislativas e executivas, fato que contribuiria para amplificar os debates para a sociedade e tornar os parlamentos espaço privilegiado para discutir a segurança internacional. Além disso, vivemos num mundo globalizado em que determinadas situações afetam o conjunto dos Estados e

⁶⁰ Evento realizado na Praia do Forte, na Bahia, no dia 26 de abril de 2013, com apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

consequentemente das sociedades. Há exemplo da crise econômica que perdura desde 2008, que tem mobilizado a sociedade a debater o caráter do capital financeiro ou, um tema bastante em voga, como o aquecimento global e outros tantos temas, que não se restringem as fronteiras dos países e, por isso mesmo, ganhando a dimensão de um debate mundial pelos rumos do mundo e do planeta. Nesse sentido, a reforma é um tema diretamente vinculado à questão da Paz, pois conflitos existentes hoje, no mundo, afetam das mais diversas perspectivas as sociedades; perspectivas que vão desde a questão de refugiados que atravessam fronteiras, fugindo dos conflitos, a questão comercial, humanitária e, até mesmo, a ameaça de um conflito generalizado. Sendo assim, mesmo países distantes de conflitos não estão ilesos às consequências ou possíveis consequências do que pode significar a ameaça à paz. Portanto, a reforma é urgente, ou seja, é preciso dotar a ONU e o CSNU em particular de legitimidade, a qual só pode ser alcançada pela ampliação do número de membros que teria consequência direta na forma de atuação do Conselho. Contudo, existem obstáculos a serem enfrentados e, por mais bem “intencionadas” que sejam algumas chancelarias, isto não basta para que tal realidade se concretize. A participação da sociedade, dos partidos e dos movimentos sociais pelo seu caráter mobilizador, é de essencial importância, caso contrário fica inviável qualquer perspectiva de mudança, ameaçando, consequentemente, a paz.

CONCLUSÃO

O mundo presenciou dois acontecimentos trágicos para a humanidade: a 1ª e 2ª Guerras Mundiais que deixaram um saldo de mais de 80 milhões de mortos. Presenciou o bombardeio com arma nuclear de duas cidades japonesas que gerou o medo da hecatombe nuclear e viu proliferar pelo mundo, após esses fatos, centenas de conflitos armados que já fizeram milhares de mortos e vítimas. As razões nem sempre são claras, pois a maioria destes conflitos busca ocultar suas motivações sobre as mais diversas fachadas. Assim ocorreu nas duas guerras mundiais que, sobre o manto do nacionalismo, desencadearam guerras imperialistas que visavam apenas partilhar o mundo entre as grandes nações da época, pois, em última instância, serviram às suas burguesias como instrumento de redistribuição das esferas de influência. Isso nos faz recordar da velha frase de Carl Von Clausewitz (1780-1831) “... **a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros**

meios.”⁶¹ Ou seja, os interesses nacionais foram levados às últimas consequências para ver com quem ficaria qual parte do mundo. Antes que se diga qualquer coisa, a guerra tem servido aos interesses políticos e econômicos das nações envolvidas nos ou em conflitos, gerando constante tensionamento e uma permanente ameaça à paz.

Nesse sentido começamos o trabalho citando importantes momentos históricos e políticos como as Grandes Navegações, o Tratado de Westfália com a configuração dos Estados Nacionais até as Grandes Guerras, para, num primeiro momento, demonstrar que neste longo processo de desenvolvimento econômico e político, no qual cominou com a consolidação do sistema capitalismo, fez-se necessário o surgimento de um organismo com o caráter da Organização das Nações Unidas – ONU, capaz de mediar as contradições advindas de um sistema internacional, baseado no confronto e na guerra como instrumento de relação internacional. Por isso, seu surgimento deu-se num momento dos mais graves para humanidade (1945) e que, ao mesmo tempo, significou uma possibilidade de superar o flagelo da guerra e ter um mundo de paz e prosperidade para toda a humanidade. Entretanto, esse desejo fez-se ilusão já no seio da própria organização, que demonstrava ter dificuldades em constituir um sistema harmonico, confirmadas com o surgimento da Guerra Fria, que moldou as relações internacionais de 1945 a 1991, quando a Guerra Fria chega ao fim com a extinção da União Soviética.

A partir deste fato novamente criou-se a expectativa de um mundo de paz, tanto é, que a celebre frase de Fukuyama do fim da história, buscava traduzir em uma frase o sentimento de superação daquele período de tencionamento, no entanto, mais uma vez a paz tornou-se algo distante, pois o fim do bipolarismo ou da Guerra Fria, não significou o fim dos conflitos, ao contrário, um mundo presenciou guerras, massacres, miséria e destruição envoltas em falácias que buscavam ocultar os reais interesses, assumindo, desta forma, um face mais “sutil”, “menos agressiva” e talvez “mais sorrateira” em propor o domínio pela força. É nesta fase que ganhou força o debate acerca da reforma da ONU e, principalmente, aquele que é o pilar do sistema de segurança coletiva, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois o fim da Guerra Fria fez surgir e propiciou abertura de espaço para atores que antes estavam restringidos às disputas entre capitalismo e socialismo.

A necessidade da reforma surgia da visão de muitos atores de que o Conselho de Segurança, nascido do pós-guerra, representando aquela determinada conjuntura, já não era capaz de responder as demandas advindas das mudanças produzidas no cenário internacional

⁶¹ CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

a partir de 1991, num claro descompasso entre estrutura e realidade. Deste processo inicial, nasceu uma série de propostas e de grupos que fomentaram o debate no seio da organização no sentido de dotar o CSNU de maior legitimidade, de atualizá-lo e torná-lo mais dinâmico, correspondendo aos anseios de nossa época. Este debate, fomentado por uma série de proposições encontrou, conseqüentemente, uma série de obstáculos para criar as condições que realmente efetivassem uma reforma substancial no Conselho, ao ponto de gerar um novo rearranjo internacional, correspondente com o atual período.

O presente trabalho buscou realizar, a partir do referencial marxista, sem cair em uma visão sectária, os pontos que obstaculizam a reforma do CSNU, identificando, num primeiro momento, a própria disputa entre o campo socialista e capitalista como um impedimento para mudanças mais profundas. Porém, o trabalho também constatou que, passados 23 anos da derrota do campo socialista simbolizado na bancarrota da URSS, tal argumento não mais servia para explicar as razões pelo insucesso da reforma do CSNU. Portanto, o trabalho identificou, nas teorias Realista e Liberal, os fatores que obstaculizam a reforma, pois, com a derrota do campo socialista, concretamente e aos olhos do mundo, ficou evidenciada a vitória do capitalismo, sendo ambas as teorias, Realismo e Liberalismo, faces da mesma moeda, ou melhor dizendo, defensoras de um mesmo sistema político e econômico; nada mais natural que ambas passassem a compor o quadro explicativo das relações internacionais, mas não só isso como também o aspecto prático e concreto de como conduzir as relações internacionais.

É identificando estes obstáculos que torna possível compreender as dificuldades, em construir uma proposição capaz de obter o apoio de vários Estados. Aliás, as dificuldades não estão diretamente ligadas ao apoio da maioria, pois é consenso a necessidade de reforma. O problema reside em atender os diversos interesses em jogo, sem que isso resulte numa divisão capaz de agravar as relações entre Estados. Em jogo estão os interesses dos cinco membros permanentes, de países da Europa, da África, América Latina, da Ásia, onde disputas regionais se mesclam com disputas globais, tornando a equação deste tabuleiro de difícil resolução.

E nestas relações conflituosas estão presentes as concepções Realista e Liberais, pois ambas estão mescladas nas relações entre Estados, pois uma está inserida na outra de acordo com a conjuntura ou com qual Estado se relaciona, o que significa, mais uma vez, que o Realismo defende o Liberalismo para além de suas fronteiras e busca ocupar espaços pelo tencionamento, enquanto o Liberalismo não abre mão do protecionismo para defender os interesses de sua economia. Sendo assim, ambas agem no sentido de impor aos outros Estados suas regras de forma incondicional em nome do livre mercado num mundo de profundas

desigualdades e assimetrias entre Estados. A consequência é um cenário de permanente desconfiança, pois cada movimento significa uma mudança no equilíbrio, o qual pode gerar perda ou ganho de poder, legitimando ou não um determinado rival. Por isso, dentro do âmbito da ONU, torna-se extremamente difícil qualquer avanço, por mais que queiram as chancelarias mais consequentes, ou seja, aquelas que buscam construir um sistema internacional mais harmonico, pois o que reina é a desconfiança e o “medo” da perda.

É pela dificuldade de encontrar uma saída por dentro do âmbito da ONU que torna-se necessário ir além dela, com ela, mas além dela. Assim, uma proposta apresentada no trabalho surge de um dos grupos que compõe o debate da reforma, mais especificamente o G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia) que consiste em ampliar o trabalho para fora da ONU, buscando agregar a sociedade civil, imprensa e parlamento, deslocando do campo, exclusivamente diplomático, para setores com capacidade de amplificar o debate e dar a devida dimensão e importância para o tema de forma a torná-lo parte da agenda destes setores. Outra proposta que apresento, pois pelo menos não encontrei na leitura feita e nas pesquisas realizadas algo de semelhante, é a participação dos partidos políticos pelo alcance social destas organizações e por estarem, muitos deles, representados nas mais diversas instâncias legislativas e executivas. Além dessa, a participação dos movimentos sociais, os quais estão diretamente vinculados a uma série de debates de âmbito internacional a exemplo do tema do meio ambiente. Portanto, é um importante setor com uma forte capacidade de articulação e mobilização. Sendo assim, as propostas apresentadas para buscar superar a paralisia do CSNU são: a participação da sociedade, da imprensa, do parlamento, dos partidos políticos e dos movimentos sociais como forma de pressionar os governos para uma solução capaz de criar as condições para superar os obstáculos que impedem a constituição de um Conselho legitimado e com amplo apoio.

Concluo, afirmando que as dificuldades no âmbito da ONU para uma efetiva reforma encontram nas concepções que permeiam as relações internacionais um fortíssimo obstáculo, capaz de inviabilizar qualquer avanço neste sentido. Por isso, torna-se necessário mobilizar amplos setores no sentido de amplificar o debate e pressionar por efetivas mudanças no CSNU, tendo a real dimensão das dificuldades e, até mesmo, do sucesso; porém, não é um tema qualquer que pode ficar distante da vida das pessoas, pois a defesa da reforma do Conselho pode ter impacto na manutenção da paz e da segurança internacional, assumindo, assim, um forte sentido de urgência.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Celso. A ONU aos 60 - Revista Política Externa, vol. 14
- BAQUERO, Marcello. Importância e Limitações do Direito Internacional. Direito & Justiça (Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 79- 89, setembro. 1979.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2012.
- CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COLETIVO DE AUTORES. Friedrich Engels Biografia. Edições Progresso – Editorial Avante, Moscovo – Lisboa, 1986.
- COLETIVO DE AUTORES. Karl Marx Biografia. Edições Progresso – Editorial Avante, Moscovo – Lisboa, 1983.
- DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRADD JR, Robert L. RELAÇÕES INTERNACIONAIS – As Teorias em Confronto. 2. ed. – Lisboa, Portugal: Gradiva, 2011.
- IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no Mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010.
- LASMAR, Jorge Mascarenhas. & CASARÕES. Guilherme Stolle Paixão. Coleção para entender: A Organização das Nações Unidas. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- LÊNIN, V. I. , O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas, V. I. , Editora Alfa- Ômega, São Paulo, 1983.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MARX, Karl. & ENGEL, Friedrich. Obras Escolhidas – Tomo II. Lisboa: Edições Progresso, 1983.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia – Resposta à “Filosofia da Miséria” de Pierre Joseph Proudhon. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda, 1976.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. SP: Edições Mandacaru Ltda, 1990.

MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. Relações Internacionais como disciplina acadêmica: origem, conteúdo, importância e atualidade. Direito & Justiça (Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 44- 63, setembro. 1979.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletivo. Brasília: Instituto Rio Branco e FUNAG, 1998.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2010.

PLEKHÁNOV, Gueórgui. Obras Escolhidas. URSS: Edições Progresso, 1987.

ROSENTAL, M. M; STRAKS, G. M. Categorias del Materialismo Dialectico. México, D.F, Editorial Grijalbo, S. A., 1958.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. **As contribuições de Karl Marx e Vladimir Lênin para o estudo teórico das relações internacionais.** Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº03, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384].

SARDENBERG, Ronaldo Mota. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG,2010.

SOARES, João Clemente Baena. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010.

TARRAGÔ, Piragibe. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: FUNAG, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). A nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e Civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.